

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Haroldo de Arruda Junior

**Uma Reflexão sobre o Estatuto dos Meios de Comunicação de Massa
à Luz do Pragmatismo de Peirce**

MESTRADO EM FILOSOFIA

**São Paulo
2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Haroldo de Arruda Junior

**Uma Reflexão sobre o Estatuto dos Meios de Comunicação de Massa
à Luz do Pragmatismo de Peirce**

MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **MESTRE em Filosofia - Área de concentração em Lógica e Teoria do Conhecimento** sob a orientação do professor Doutor **Ivo Assad Ibri**.

**São Paulo
2008**

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Este trabalho científico é dedicado a todos aqueles que, com muita paciência, amor e sabedoria iluminaram meus pensamentos, nos momentos mais difíceis.

A minha esposa **Sabrina**, aos meus filhos **Haroldo, Igor e Ingrid**

Aos meus pais **Haroldo Arruda e Leopoldina Dolores Vilá de Arruda** e aos meus irmãos **Vanessa, Eduardo e Ana Carolina**.

A **CAPES** e a **PROPG**, pela bolsa de estudos e aos meus colegas professores do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso, pelo estímulo.

Aos professores, **Dr. André De Tienne** e **PhD Cornelis de Waal** do The Peirce Edition Project – Indiana University EUA, Indianapolis , pelo apoio à pesquisa.

A minha madrinha, Professora Doutora **Rosemary Affi Santos Costa** da UFMT, pelo olhar atento na revisão da dissertação e pelo seu carinho durante todos estes anos.

Em especial ao meu orientador, Professor Doutor **Ivo Assad Ibri** da PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por se revelar o grande amigo que um dia apresentou-me à Filosofia e pela sua paciência, dedicação e amor, pois sem estas qualidades esta dissertação não seria possível.

“minha filosofia pode ser descrita como tentativa que um físico desenvolve no sentido de fazer conjeturas acerca da constituição do universo, utilizando métodos científicos e recorrendo à ajuda de tudo quanto foi feito por filósofos anteriores”

Charles Sanders Peirce

UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTATUTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA À LUZ DO PRAGMATISMO DE PEIRCE

RESUMO

A idéia de significado presente no Pragmatismo é eminentemente semiótica e envolve semiose. Portanto, é possível conceber qualquer sistema que tenha um significativo conteúdo, de várias convenções de signos estabelecidos por línguas em relação a vários tipos de objetos. Compreender a base do *significado* nada mais é do que inquirir sobre o *significado pragmático* destas linguagens, ou, noutras palavras, procurar, pragmaticamente, pelo *significado* seria saber o modo como o comportamento social pode ser afetado com respeito a vários aspectos. Ao adotar o quadro teórico do Pragmatismo de Peirce, o objetivo do presente trabalho é analisar a produção de significados de um ponto de vista social, no qual as mediações gerarão várias concepções baseadas em um tipo de fusão entre o *real* e o imaginário coletivo. Considerado deste ponto de vista, a produção de novas crenças é realizada de tal modo em que a *linguagem verbal*, é apenas uma das ferramentas para a cognição, entre outros signos. É interessante refletir sobre como as várias tecnologias da comunicação, por um lado, transmitem signos em alta velocidade e distribuição ampla, permitindo o estabelecimento de grandes comunidades de interpretação existentes atualmente, gerando assim intérpretes interativos e alinhando um comportamento histórico que está se tornando cada vez mais global. Por outro lado, as reações a este processo de produção de significado global estão se tornando cada vez mais comunicáveis produzindo interpretantes críticos que tencionam rever hábitos sociais estabelecidos a favor da comunidade, às vezes no interesse de grupos que não estão sempre sintonizados com a comunidade geral. A Comunicação de Massa como produtor de significados possíveis afeta a conduta das pessoas diariamente. Deste modo, tendo como guia os princípios do Pragmatismo de Peirce, é possível levar adiante uma análise da produção de crenças sociais e seus efeitos no comportamento. Este trabalho propõe uma reflexão sobre os meios através dos quais estas construções simbólicas, produzidas pela ‘mass media,’ afetam a conduta das pessoas, produzindo significados e crenças através das quais o comportamento do espectador é marcado.

Palavras –chave : Semiótica, Pragmatismo, *Mass Media*, Significação.

A REFLECTION ON THE STATUTE OF THE MEDIAS OF MASS ACCORDING TO PEIRCE'S PRAGMATISM

ABSTRACT

The idea of meaning present in Pragmatism is eminently semiotic and involves semioses. Therefore, it's possible to conceive any system that has significant content several conventions of signs established by languages in relation to various types of objects. Understanding the basis of *meaning* is nothing but to inquire about the *pragmatic meaning* of these languages, or, in other words, to look, pragmatically, for the *meaning* would be to know the way how the social behavior can be affected in respect to various aspects. By adopting the theoretical frame of Peirce's Pragmatism, the objective of the present work is to analyze the production of meanings from the social point of view, in which mediations will generate various conceptions based on a kind of fusion between the *real* and the collective imaginary. Considered from this viewpoint, the production of new beliefs is performed in such a way where *verbal language*, is just one of the tools for cognition, among other signs. It's interesting to reflect about how the various technologies of communication, on the one hand, convey signs in high speed and widespread distribution, allowing for the establishment of huge communities of interpretation nowadays thus generating interactive interpreters and aligning a historical behavior that is becoming increasingly global. On the other hand, the reactions to this global meaning production process are becoming increasing more communicable, producing critical interpreters that intend to review social habits established in favor of the community, sometimes in the interest of groups that are not always in tune with the general community. Mass Communication as producer of possible meanings affects people's conduct everyday. In this way, having as a guide the principles of Peirce's Pragmatism, it's possible to proceed with an analysis of the production of social beliefs and its effects on behavior. This work proposes a reflection about the means through which these symbolic constructions, produced by the mass media, affect the conduct of people, producing meanings and beliefs through which the behavior of the spectator is marked.

Keyboard: Semiotic, Pragmatism, Mass Media, Meaning.

Sumário

Introdução

Capítulo 1 – A Arquitetura Filosófica de Charles Sanders Peirce

1.1 – Introdução ao Pensamento de Charles Sanders Peirce

1.2 - A Fenomenologia

1.3 - A Teoria dos Signos

1.4 - As Categorias da Experiência

1.5 - A Estrutura Triádica da Semiose

1.6 - A Classificação dos Signos e os Tipos de Raciocínio

Capítulo 2 – A Evolução das Crenças em Charles Sanders Peirce

2.1 – A Gnosiologia dos Escolásticos na Idade Média

2.2 - A Fenomenologia do Conhecimento na Idade Moderna

2.3 – O Realismo de Charles S. Peirce

2.4 – Os conceitos de Dúvida, Crença e Investigação

2.5 – A Fixação das Crenças em Peirce: Autoridade, Tenacidade, a Priori e Científica.

2.6 - Pragmatismo: Uma Teoria de Análise Lógica aplicada às concepções Metafísicas.

Capítulo 3 – Percurso Analítico: Pragmatismo Vs. Mass Media

3.1 – O lugar dos *Mass Media* na Classificação das Ciências.

3.2 – O sentido Pragmático dos *Mass Media*.

3.3 – Análise da semiose humana: Princípios da Ação Humana.

3.4 – Criatividade: O Princípio Lógico da Ação

3.5 – Comunidade: O Princípio Ético da Ação

3.6 – Caráter: O princípio Estético da Ação

3.7 – Análise da semiose humana: o Ideal Estético e os Interpretantes.

3.8 – A Estética das linguagens como uma mediação admirável.

Considerações Finais

Bibliografia.

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação de massa (*mass media*), como grandes organizações empresariais, antes de oferecerem produtos de entretenimento, se apresentam - ainda que muitos estudiosos e teóricos refutem esta idéia - como arte e, assim, um produto da cultura. No que se refere à significação da realidade produzida pelos *mass media*, este vem propondo, ao longo de sua história, várias significações referentes às mais variadas atividades profissionais.

Certamente um *mass media* não é o único produtor de significados sobre a realidade. Outras práticas distintas (como a fotografia, a pintura, o teatro, etc) possuem o mesmo poder de criar imagens e conceitos mentais integrais e duradouros a respeito dos profissionais a que elas se dedicam a representar.

A capacidade dos *mass media*, porém, de criar figuras com existência autônoma, registrá-las e reproduzi-las continuamente confere a esta forma de representação um poder especial: o de gerar e manter acesas suas construções simbólicas, mesmo aquelas que não mais possuem relação com as figuras da prática cotidiana.

Este trabalho propõe uma reflexão pragmática, sobre o modo pelo qual essas construções simbólicas são elaboradas, ou melhor, quais os princípios éticos adotados por um *mass media*, quais as suas responsabilidades sociais e quais os valores que deveriam guiar os seus negócios, na medida em que seus produtos afetam a conduta das pessoas, produzindo sentidos e gerando crenças, por meio das quais a conduta do espectador é balizada em hábitos de ação.

No primeiro capítulo, apresentamos como base teórica, a arquitetura filosófica do filósofo americano Charles Sanders Peirce. Com esta teoria refletimos sobre as várias linguagens - ligadas aos *mass media* - que constroem gigantescos campos de interpretação num teatro de reações entre o real e o imaginário coletivo.

No segundo capítulo, propomos um estudo sobre a evolução das crenças em três períodos distintos, onde oferecemos, as concepções teóricas de grandes pensadores como Tomás de Aquino, René Descartes e David Hume. Ainda neste capítulo atentamos para alguns pontos fundamentais do pensamento de Charles Sanders Peirce como: o conceito de realismo, a importância dos conceitos de dúvida e crença, a fixação das crenças e finalmente para a sua teoria do Pragmatismo.

Apresentamos o percurso analítico das linguagens estabelecidas pelos *mass media*, na terceira e última parte, onde propomos um estudo das ações, entendidas como intenções, primeiro sob o ponto de vista da ética dos negócios e segundo, sob a atitude comportamental da recepção mediante os fenômenos comunicacionais que aparecem no cotidiano, ou melhor, propomos uma análise das interpretações geradas pelas construções simbólicas promovidas pelos *mass media*, assim como os possíveis efeitos e/ou consequências práticas sociais.

Conhecer as ações do emissor e os efeitos destas ações na recepção nada mais é do que adotar um hábito de ação como o lado externo de um pensamento e este princípio pragmático parece-nos ser o caminho mais correto na busca de uma resposta para a nossa investigação.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE CHARLES SANDERS PEIRCE

Charles Sanders Peirce (1839-1914) é considerado o mais importante filósofo americano. Licenciou-se em ciências e se doutorou em química por Harvard. Foi também matemático, físico, desenvolvendo pesquisas em várias outras ciências. O que os biógrafos de Peirce nos mostram é uma amplitude de interesses e de campos de atuação o que, fundamentalmente, diversificava suas pesquisas.

Com 12 anos de idade, Peirce começou a estudar lógica. Alguns anos depois leu as cartas de Friedrich Schiller – poeta, dramaturgo, filósofo e historiador alemão - e, então, passou para Emmanuel Kant – filósofo alemão -, cuja *Crítica da razão pura*, depois de dois anos de estudos obstinados, sabia quase de cor. Além disso, conhecia profundamente os gregos, os empiristas ingleses, a lógica escolástica e todos os idealistas. Seguindo a mesma terminologia de Aristóteles (hai kategoriai) e Kant (die kategorien), propôs uma nova lista das categorias mais universais de todas as experiências possíveis, por considerar seus propósitos comparáveis aos desses pensadores.

Peirce via sua obra como muito mais ambiciosa e radical do que aquela que seus antecessores, inclusive Friedrich Hegel – filósofo alemão - levaram adiante. Estes foram alguns dos pensadores que o influenciaram na elaboração da mesma, entretanto, uma passagem importante da sua vida é sempre lembrada pelos estudiosos, pois registra o primeiro contato que ele teve com a Lógica – ciência de índole matemática fortemente ligada à Filosofia - e o início de uma devoção que se tornaria o cerne, o eixo comum de todas as suas investigações. Eis o episódio:

“... desde o dia em que, na idade de 12 ou 13 anos, eu peguei no quarto de meu irmão mais velho uma cópia da lógica de Whately¹ e perguntei ao meu irmão mais velho o que era Lógica, ao receber uma resposta simples, joguei-me no assoalho e me enterrei no livro.

¹ Richard Whately nasceu em Londres e escreveu um livro chamado lógica que dominou por quase duas décadas.

Desde então, nunca estive em meus poderes estudar qualquer coisa ..., exceto como um estudo de Semiótica.” (PEIRCE 1977 : 85-86).²

Peirce concebia a lógica como uma ferramenta, um meio de desvendar métodos de pesquisa e esta seria a razão que o levou a se dedicar a tantos e diferentes campos, das ciências exatas e naturais às físicas e psíquicas. Esta “*lógica das ciências*”, se é que podemos chamar assim, buscava compreender, de forma clara, os métodos de pesquisa, os métodos de raciocínio e visava à entender como os resultados são obtidos, mesmo que esses resultados fossem superados posteriormente.

Foi por meio das ciências que Peirce se aproximou da Filosofia concebendo-a também como ciência, propondo aplicar na Filosofia os métodos de observação, de hipostatização³ e de experimentação que são praticados nas ciências. A categoria geral do seu sistema está na ciência, do qual a Filosofia é uma subdivisão, como veremos a seguir.

O que esse Filósofo buscava, desde quando teve pela primeira vez o livro de Whately nas mãos e por meio da prática de várias ciências, era investigar a Lógica, desvendar os mecanismos de raciocínio e os métodos que cada ciência desenvolve para chegar às regularidades, ou seja, aos fatos que ocorrem com uma certa permanência, às constantes, aos princípios comuns.

Peirce percebeu que os métodos de investigação, que têm como origem os mecanismos de raciocínio, desenvolvem-se por meio de signos – como veremos a seguir - mas não somente por meio dos signos simbólicos⁴. Com isso, Peirce notou a necessidade de investigar todos os tipos de signos.

² As traduções para o português foram encontradas nas publicações brasileiras de textos de Peirce: Os Pensadores da (Editora Abril Cultural), Semiótica e Filosofia (Editora Cultrix) e Semiótica (Editora Perspectiva).

³ Processo de invenção, por exemplo: O homem projeta todas as suas qualidades positivas numa pessoa divina e faz dela uma realidade.

⁴ Em Peirce os signos são estudados em três níveis, em relação direta com as características das três categorias da experiência; a saber: primeiridade, secundidade e terceiridade. O signo simbólico faz parte da terceira categoria, é um signo universal, representa por relação da lei, acordo social, ou seja, significa por força de convenção.

Era necessária a criação de uma doutrina geral dos signos, ou seja, uma semiótica⁵ que desse conta de tanta variedade. Esta semiótica se desenvolve então como um meio, partindo de estudos sobre as definições e concepções de lógica. Peirce, aos poucos, seguindo pelo caminho de John Locke⁶, aproximou-se de uma definição não psicológica a qual já identificava a Lógica com a doutrina dos signos, porém Peirce não concordava com essa definição, pois a lógica, como se apresentava, lidava com uma determinada espécie de representação⁷ – os símbolos – e ainda com uma determinada espécie de símbolos.

Por esta razão, ele definiu a lógica como uma das três divisões de uma simbolística, esta última como uma das três divisões da Semiótica. Temos, portanto, a Lógica, dentro da Semiótica, fazendo parte de uma doutrina dos signos. No entanto, logo, ele se deu conta de que a Lógica requereria, além de símbolos, outros tipos de representação, como ícones (signos que representam por semelhança) e índices (signos que representam por relação física) e que não poderia funcionar com símbolos que não fossem nem indexicais, nem icônicos.

Segundo Peirce, *todo raciocínio faz uso de uma mistura de ícones, índices e símbolos. Não podendo dispensar nenhum deles (MS 404.46 apud Fish 1978:51).*² Portanto, a tríade simbolística torna-se a tríade semiótica, sendo a Lógica um dos seus ramos. “A *Semiótica assim fundada era a Semiótica concebida do ponto de vista da Lógica e estudada para os propósitos da Lógica... mas era uma Semiótica que incluía Lógica.*” (Fish 1978:37).

De acordo com Peirce, “*uma teoria tão compreensiva que, por longo tempo, o trabalho inteiro da razão humana, na filosofia de todas as escolas e espécies, na matemática, na psicologia, na ciência física, na história, na sociologia e em qualquer outro departamento que possa haver, deve aparecer como preenchimento de seus detalhes*” (CP 1.1). Assim, podemos afirmar que a teoria peirceana, como foi elaborada, é um esquema analítico, à nível

⁵ O nome semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo. Semiótica, portanto, é a ciência dos signos, é a ciência de toda e qualquer linguagem (p.7). A Semiótica é a ciência que tem como objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem como objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significado e sentido. (p.13)

Santaella, L. (1983). O que é semiótica, São Paulo: Brasiliense.

⁶ Filósofo inglês considerado o representante principal do empirismo naquele país.

⁷ Peirce concebia o termo representação como um pensamento, ou seja, algo que serve de mediação.

de generalidade máxima, que Peirce pretendia tornar disponível à incorporação e uso de qualquer ciência especial ou disciplina particular. ¹

Derivada de um sistema filosófico, a Teoria dos Signos de Peirce, como uma lógica de natureza universal, é parte integrante deste sistema. Esse sistema filosófico, por sua vez, localiza-se dentro de um sistema maior, tal como aparece no seu esquema classificatório das ciências. Para Peirce, a categoria geral é a da ciência e não a da filosofia. Além disso, ele concebia a ciência em termos de método.

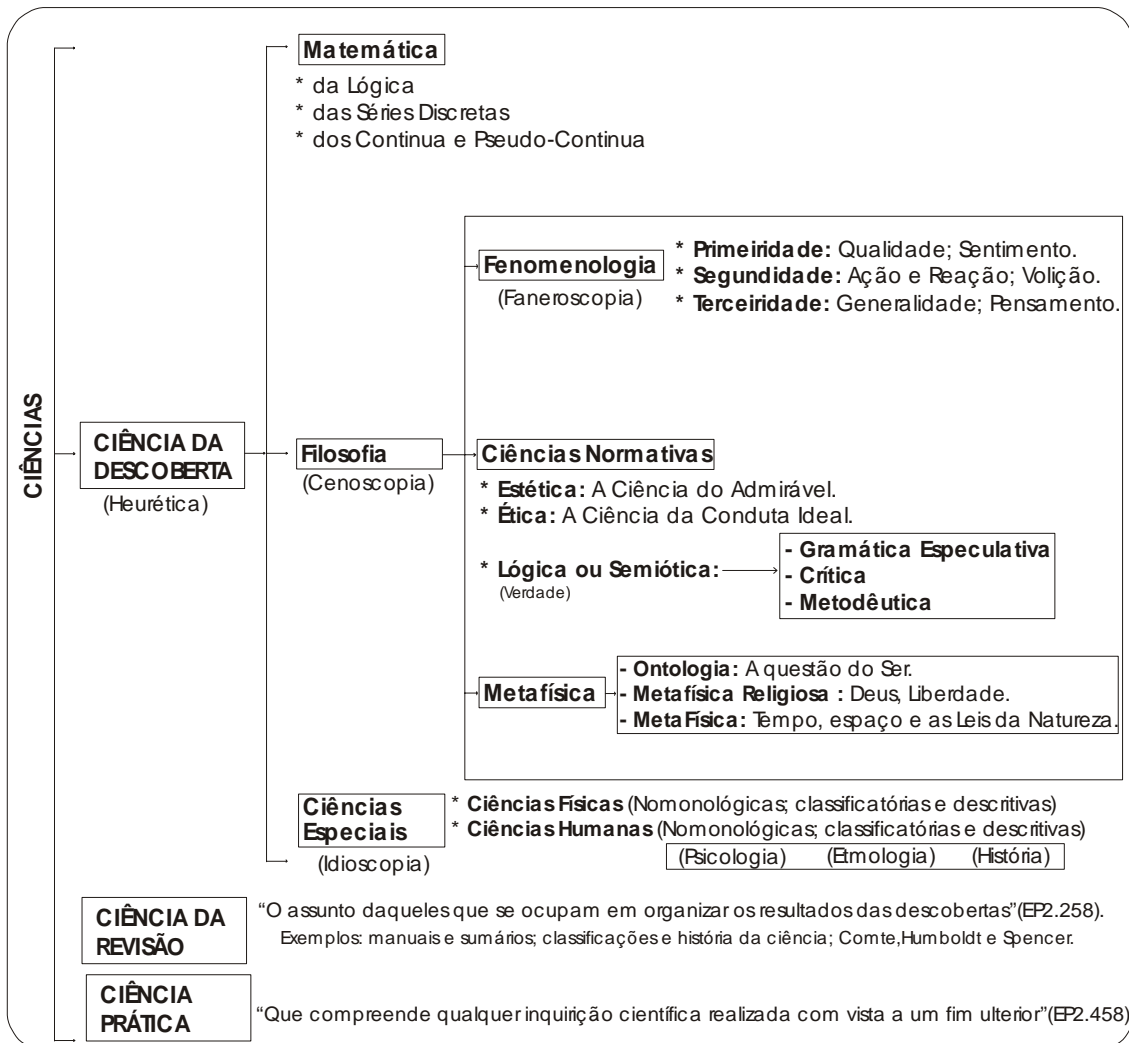
¹ **Nota:** As citações dos textos de Peirce seguem os procedimentos usuais dos pesquisadores peirceanos:

- a) Manuscritos são assim identificados: MS 318.20 refere-se ao manuscrito 318, página 20.
- b) Collected Papers of C. S. Peirce (volume 1-8) são citados como no exemplo que segue C. P 1.280 refere-se ao volume 1, parágrafo 280.
- c) Writings of C. S. Peirce: A Chronological Edition (volume 1-3) são identificados como no exemplo a seguir: Wi : 400 refere-se ao primeiro volume e a página 400.

The New Elements os Mathematics (volume 1-4) são citados como no exemplo que segue: NE, vol IV:100 refere-se ao volume 4 página 100.

“CARTOGRAFIA DO CONHECIMENTO”

PEIRCE EDITION PROJECT, The Essential Peirce (vol 2). Bloomington: Indiana University Press, 1998



As Ciências se dividem em três grandes troncos: Ciência da Descoberta ou Heurética, Ciência da Revisão e Ciência Prática ou Aplicada. A intenção agora é mostrar e localizar a Semiótica de Peirce dentro da classificação geral das ciências sem ainda detalhar essa classificação e discutir seu princípio de ordenação. O que pretendemos é posicionar a Semiótica dentro do sistema filosófico peirceano.

Como uma das Ciências da Descoberta, a Matemática é a mais fundamental das ciências e procede por meio da observação e experimentação sobre diagramas. É a ciência que fornece

subsídios e encontra aplicação em todas as outras ciências inclusive a Fenomenologia e a Lógica. A matemática estuda o que é ou não logicamente possível, sem se responsabilizar pela existência atual desse possível.

Para descobrir o que é verdadeiro, a Filosofia analisa a experiência comum a todos os homens. É observativa, colocando em ordem estas observações comuns.

As Ciências Especiais se ocupam da descoberta e do exame do fenômeno, auxiliadas pela Matemática e pela Filosofia, pois tais Ciências Especiais necessitam de instrumentos e métodos especiais para suas observações, baseados nos princípios matemáticos e filosóficos.

Dentro da Filosofia, a Fenomenologia é a primeira tarefa. A Fenomenologia considera o fenômeno em geral, ou seja, tudo que aparece à mente, não importando se é fato ou ficção, descobre e descreve os principais elementos nele presentes para agrupá-los em classes gerais e universais, as categorias.

Distinguir o que deve e o que não deve ser é a função das Ciências Normativas. A Estética é a ciência do admirável sem qualquer razão ulterior. É a base para a Ética ou ciência da ação ou da conduta ideal. Sob ambas e recebendo delas seus princípios, estrutura-se a Semiótica “*a teoria dos signos e do pensamento deliberado*” (Santaella 1983c : 38).

A **Lógica ou Semiótica** tem por função classificar e descrever todos os tipos de signos logicamente possíveis. A **Gramática Especulativa** se ocupa dos princípios de construção geral, universal e formal que governam a construção e combinação de signos ou “*as condições gerais para os signos serem signos*” (CP 1.444). A **Lógica ou Crítica** é a ciência das condições que capacitam os signos em geral, a se referir aos objetos, é a teoria das condições formais de verdade, da descoberta e teste da verdade. É a teoria das inferências sejam hipotéticas, dedutivas ou indutivas. E a **Retórica Especulativa ou Metodêutica** é a ciência das condições formais de inteligibilidade dos signos.

A última ciência que aparece na organização filosófica é a Metafísica que investiga aquilo que é real na medida em que pode ser verificado pela experiência comum.

Como vimos, o sistema peirceano é, antes de tudo, uma análise da natureza e da gênese dos métodos científicos de pensamento e tem por objetivo levar os resultados desta análise a todas as realizações humanas. Parece-nos lícito acreditar que Peirce chega à Semiótica, construindo, durante e por meio desse processo, todo um sistema de pensamento, dentro do qual a Semiótica tem uma posição, uma função em si mesma, assim como uma posição em relação às ciências que se colocam acima e abaixo dela no diagrama geral das ciências.

Peirce acreditava que a Lógica era uma teoria geral dos aspectos de todo o comportamento como (pensar, observar, comunicar, investigar etc.) cuja tendência inerente dá-se em direção à revelação da realidade, ou seja, em direção à descoberta, à preservação e à comunicação da verdade.

Para a Lógica ser capaz de se desenvolver da maneira como Peirce a concebia, sua atenção se voltou em direção a uma Teoria Geral dos Signos. Depois, ele acabou por usar o termo Lógica em dois sentidos: no sentido geral, como sinônimo de Semiótica e no sentido estrito, como Teoria Geral da inferência⁸.

Portanto, para Peirce, a Filosofia é aquele ramo das ciências que examina a experiência cotidiana buscando afirmar o que sobre ela é verdadeiro. A Fenomenologia ou Ciência das Aparências é a primeira das ciências positivas da filosofia; logo, podemos afirmar que a Lógica ou Semiótica de Peirce preocupa-se com as condições necessárias e suficientes para a representação, a verdade e a referência, assim também com o significado e a interpretação dos signos, foco principal deste trabalho.

⁸ Para Peirce, a inferência é um ato voluntário que culmina na “adoção controlada de uma crença como consequência de um outro conhecimento”. É um processo causal que cria ou produz crença, ou sua aceitação na mente de quem raciocina. (CP 2.442, 2.44 e 5.109). As inferências têm três níveis: o do raciocínio, consciente e articulado, e das inferências informais do dia a dia, sem apoio do controle lógico e aquelas que estão totalmente fora de nosso controle lógico (inconscientes e incontroláveis).

A FENOMENOLOGIA DE CHARLES SANDERS PEIRCE

No que diz respeito à Fenomenologia ou Faneroscopia, tanto para Husserl⁹ como para Peirce, não tem a menor importância saber se o que aparece é uma sensação, uma presença física ou um pensamento.

Essa ciência, Peirce também denomina Faneroscopia (e o fenômeno de *Faneron*), procurando, de certa forma, distingui-la nominalmente de outras Fenomenologias clássicas da filosofia, como as de Kant e Hegel. Em relação ao fenômeno, assim ele se expressa: “*Por faneron eu entendo o total coletivo de tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente, sem qualquer consideração se isto corresponde a uma coisa real ou não*”. Peirce Collected Papers, 1.284.

No momento, torna-se oportuno trazer para o contexto desta pesquisa o conceito de experiência para Peirce. Este escreve:

“Para qualquer uma das ciências especiais, a experiência é aquilo que diretamente é revelado pela arte observacional daquela ciência. Em filosofia, a experiência é o inteiro resultado cognitivo do viver. Experiência é o curso da vida. A experiência é a nossa única mestra. Não existe na teoria científica um princípio que tenha surgido de outra fonte que não o poder da mente humana, de gerar idéias verdadeiras. O que a experiência faz é filtrar as falsas idéias e deixar a verdade verter. Experiência estatui-se como fator corretivo do pensamento”.

Assim, definir a experiência como resultado cognitivo de nossas vidas é supor sua potencialidade de semear conceitos que moldam a conduta humana.

Afinal, como iniciar a prática dessa ciência, qual o seu método? Não requerendo modos especiais de observação da experiência, Peirce recomenda alguns requisitos básicos para a pesquisa fenomenológica:

⁹ Edmund Husserl foi filósofo alemão conhecido como fundador da Fenomenologia ou Ciência das Aparências.

A - “Simplesmente abrir nossos olhos mentais, olhar bem para o fenômeno e dizer quais são as características que nele nunca estão ausentes, seja este fenômeno algo que a experiência externa força sobre nossa atenção, ou seja, o mais selvagem dos sonhos ou a mais abstrata e geral das conclusões da ciência”. CP, 5.41.

B - As faculdades que devemos nos esforçar por reunir para este trabalho são três. A primeira e principal é aquela rara faculdade, a faculdade de ver o que está diante dos olhos, tal como se apresenta sem qualquer aparato teórico, interpretação. Esta é a faculdade do artista, que vê, por exemplo, as cores aparentes da natureza como elas se apresentam. CP, 5.42.

C - A segunda faculdade de que devemos nos munir é uma discriminação resoluto que se fixa como um bulldog sobre um aspecto específico que estejamos estudando, seguindo-o onde quer que ele possa se esconder e detectando-o sob todos os seus disfarces.

D - A terceira faculdade de que necessitamos é o poder generalizador do matemático, que produz a fórmula abstrata que compreende a essência mesma da característica sob exame, purificada de todos os acessórios estranhos e irrelevantes CP, 5.42.

As três faculdades requeridas (**B-C-D**) para experienciar os fenômenos podem, assim, ser resumidas como *ver, atentar para e generalizar*¹⁰, despidendo a observação de recursos especiais de cunho mediativo.

Partindo então da idéia de uma entidade experienciável, Peirce passa a analisar a natureza essencial da experiência, chegando ao fato de que os fenômenos têm propriedades, fazendo parte de categorias e conclui que possuem, necessariamente, três tipos diferentes de propriedades: “*Minha maneira de ver é que há três tipos de ser. Sustento que nós podemos observar diretamente esses elementos seja no que for que estiver a qualquer momento diante da mente, da forma que for. Há o ser da possibilidade qualitativa positiva, o ser do fato atual e o ser da lei que governa os fatos no futuro.*” (CP 1.23)

Peirce, então, por meio de uma demonstração lógica, apresenta os métodos ou estágios para uma investigação baseada nas três categorias da experiência: primeiridade, secundidade e terceiridade. Esses elementos não são encontrados separados na experiência. Assim, nasce a Semiótica ou Teoria dos Signos de Peirce, como veremos a seguir.

¹⁰ Os termos *ver, atentar para e generalizar* foram encontrados no livro do professor **IVO ASSAD IBRI**, *kósmos Noëtós*. SP, 1992. Parte I, o mundo como aparência Pág 6.

A TEORIA DOS SIGNOS DE CHARLES SANDERS PEIRCE

Como vimos no item anterior, a Fenomenologia é um método de apoio para a análise dos fenômenos do universo que se apresentam à mente humana. A Semiótica de Peirce objetiva uma análise da potencialidade de significação das coisas e a maneira pela qual elas afetam a conduta humana.

A Fenomenologia vai fazer um inventário dos fenômenos, ou seja, uma classificação dos fenômenos em: primeiridade, segundidade e terceiridade como veremos, de forma mais detalhada, no próximo item.

Na moderna acepção, desenvolvida por Charles S. Peirce, a Semiótica é a doutrina dos signos, tendo como objetivo o estudo da natureza, tipos e funções de signos à luz do método fenomenológico que é a fundação das categorias da experiência.

Mas o que é um signo? Basicamente, um *signo* é qualquer elemento que seja utilizado para exprimir uma dada realidade física ou psicológica; nesta relação, o primeiro funciona como *significante* em relação à segunda, que é o *significado* (ou *referente*):

“Um signo, ou representamen, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente desta pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que tenho, por vezes, denominado o fundamento do representamen”.(Peirce, 1984:94: 2.228).

Um signo, de acordo com Peirce, está numa relação triádica com seu Objeto e com seu Interpretante. *“Eu defino Signo como alguma coisa que é assim determinada por algo mais, chamado seu Objeto, e assim determina o efeito sobre uma pessoa, efeito este que eu chamo seu Interpretante, de tal forma que este último é determinado mediatamente pelo primeiro. Minha inserção de ” sobre uma pessoa “é uma colher de sopa para Cerberus, por que eu me desesperei de tornar compreendida minha concepção mais ampla”.* (Peirce 1977: 80-81).

Um som, uma cauda de cão a abanar, um sinal de trânsito, um punho erguido, um caractere escrito são exemplos (entre outros possíveis) de signos; é importante realçar que os signos por si próprios nada significam, para se tornarem compreensíveis pressupõem a existência de um código que estabeleça, dentro de uma dada comunidade, a totalidade das relações entre significantes e significados de forma a tornar possível a interpretação dos signos. Desta maneira, cada comunidade desenvolve os seus sistemas de signos e respectivos códigos, de forma a viabilizar a comunicação entre os seus membros; à medida que se vai subindo na cadeia biológica, as necessidades de comunicação vão se intensificando, o que reflete naturalmente em sistemas de signos e códigos de comunicação cada vez mais sofisticados.

AS CATEGORIAS DA EXPERIÊNCIA.

Muitos códigos têm sido estabelecidos dentro das sociedades humanas, destacando-se como os mais importantes os códigos verbais da língua (fala e escrita) e os códigos não verbais (movimentos e posturas do corpo, indicações vocais e paralingüísticas, jogo fisionômico, aparência física, contato, fatores ambientais e espaciais). Em semiótica, de acordo com a divisão feita por Charles Sanders Peirce, os signos são estudados em três níveis, em relação direta com as características das três categorias da experiência:

Segundo o Signo: signo com respeito a si mesmo. (categoria: primeiridade)

- Qualisigno – signo que é uma qualidade
- Sinsigno – signo de existência é um fato particular.
- Legisigno – signo de lei (ex: palavra) é um signo que é uma convenção, regra.
- Categoria da Metafísica: Acaso - Qualidade

Segundo o Objeto: signo em relação ao objeto (categoria: segundidade)

- Ícone – signo que representa por semelhança. Significa independentemente da existência do objeto.
- Índice – signo que representa por relação física. Significa dependentemente da existência do objeto.
- Símbolo – signo universal representa por relação da lei, acordo social. Significa por força de convenção.
- Categoria da Metafísica: Existência

Segundo o Interpretante: signo gerado pelo uso da razão ou uso lógico

- Rema – termos / palavras (categoria: terceiridade)
- Dicente – proposições / frases
- Argumento – raciocínios / silogismos
- Categoria da Metafísica: Lei

A concepção semiótica básica é a de uma relação triádica que Peirce chamou de representação e esta concepção é derivada da terceira categoria ou terceiridade, seguindo a terminologia de Kant e Aristóteles. Como Kant, Peirce faz a análise da natureza essencial da experiência mas, ao contrário daquele que deduziu suas categorias por meio da Lógica tradicional aristotélica, ele, primeiramente, encontra as categorias e, depois, obtém as formas lógicas básicas, aplicando-as recursivamente.

Como Aristóteles, Peirce concebia as categorias como tipos fundamentais de propriedades das coisas, embora, ao contrário de Aristóteles que aparentemente compilou sua lista de categorias por meio da reflexão sobre a língua, Peirce deriva sua análise, daquilo que está necessariamente implícito em toda experiência, ou seja, o *faneron* como já citado anteriormente.

Dentre as categorias, a primeiridade aparece em tudo que estiver relacionado com acaso, possibilidade, qualidade, sentimento, originalidade, liberdade, mônada. A segundidade está ligada às idéias de dependência, determinação, dualidade, ação e reação, força bruta, conflito, surpresa, dúvida. A terceiridade diz respeito à generalidade, continuidade, crescimento, inteligência.

Ligada à noção de liberdade, de indeterminação e de acaso, bem como à potencialidade, à qualidade e à espontaneidade, a Primeiridade apresenta todas aquelas propriedades intrínsecas que qualquer entidade possui, independente de qualquer relação que tenha com qualquer outra coisa.

Nas palavras de Peirce, (CP 2.304): *“Entre os fanerons há qualidades como a cor magenta, o odor da rosa, o silvo da locomotiva, o sabor do quinino, a qualidade da emoção experimentada ao contemplar uma demonstração matemática perfeita, a qualidade de sentir amor etc. Não me refiro ao experimentar agora a sensação... nesses casos a qualidade é apenas um elemento envolvido no evento. Interessa-me a qualidade em si mesma, que é um poder ser, não necessariamente realizado”*.

A idéia de Primeiridade é a idéia de algo singular, único, de algo que esteja diante da mente humana na sua forma mais original, ou seja, ela é como ela é, sem mistura, sem relação, de forma positiva e independente de qualquer outra coisa. Todavia, com esta ausência de relação, temos, necessariamente, uma falta de intensidade (*porque intensidade*

envolve excitação) não é realmente um sentimento mas simplesmente um sentimento de qualidade (CP 8.267, 1903).

Partindo de uma idéia de conflito, a Segundidade diz respeito àquelas propriedades que uma entidade possui em função da relação diádica que mantém com outras entidades, ou seja, corresponde à idéia de força bruta, relação, ação e reação, esforço e resistência, aqui e agora é díada.

Nas palavras de Peirce, (CP 2.322) : *“A segunda categoria – o traço seguinte comum a tudo presente à consciência – é o elemento de conflito... Ora, não há resistência onde não existem conflito e ação de força. Por conflito, explico que entendo a ação mútua de duas coisas sem relação com um terceiro ou médium, e sem levar em conta qualquer lei da ação”*.

E ainda: *“Segundidade é qualquer coisa que é, tal qual é, segundo a um primeiro independente de qualquer tipo de terceiro ou meio e, em particular, independente de qualquer lei” (CP 5.66, 1903). Segundidade genuína pode ser encontrada no fenômeno; é uma experiência – não uma qualidade, nem uma concepção que são primeiros e terceiros - . Nossa concepção de segundidade - que é geral como todos os conceitos são – pode nos levar erroneamente a deixar de perceber o aqui e agora que é sua essência (CP 8.266, 1903).*

Podemos, então, concluir que a forma lógica da Segundidade é definitude (definiteness), individualidade, sua matéria lógica é existência.

A respeito da existência, Ibri afirma:

“Supõe-se que as coisas reagem entre si como elas reagem contra nós. Esta hipótese funda o conceito de existência, a saber, dizemos que as coisas existem, independentemente de nós, (isto é uma hipótese), ou seja, o mundo existe, queira existamos ou não. Este é um conceito metafísico de existência¹¹”.

¹¹ Idem, ibidem.

A Terceiridade é a categoria da representação, diz respeito àquelas propriedades que uma entidade possui numa relação a três termos. Está relacionada a idéia de generalidade, continuidade, crescimento, representação, meio e tríade. “A idéia de Terceiridade é qualquer coisa que é tal qual é em virtude de ser um terceiro, ou meio, entre um segundo e seu primeiro (307.1, 1903). O *Faneron* é observado para ser compreendido: é sujeito à lei, o que quer dizer que pode ser representado (8.268, 1903). Predições podem se basear nessas leis para as quais” acontecimentos existentes ainda no ventre do futuro vão se conformar, marcadamente, se não perfeitamente (478.33, 1903). “*Representação*” foi a caracterização mais temprana feita por Peirce (1.555, 1867), mas ele decidiu que isso não transmitia generalidade suficiente e optou por mediação (4.3, 1898; 1.530, 1903). Terceiridade, ele disse, predomina no fenômeno onde quer que mediação seja dominante; no entanto, ela “alcança sua completude na representação (5.104, 1903). A forma Lógica da Terceiridade é” generalidade “(isto é, generalidade distributiva), seu caráter material lógico é racionalidade” (Kent 1.987:128)¹².

Esse terceiro ocupa, na relação triádica, uma posição de representação. Esta é – segundo Peirce – a categoria da mediação ou do signo. “*Um signo é plenamente uma espécie de meio de comunicação, e meio de comunicação é uma espécie de meio, e um meio é uma espécie de terceiro*” (MS 283.14-15 apud Colapietro 1989:14).¹³

Portanto, entende-se que a lógica ou semiótica de Peirce é uma teoria geral da terceiridade ou da representação, ou seja, da continuidade, do crescimento, visto que é por meio de um terceiro que ocorre a evolução.

Neste momento, parece-nos oportuno lembrar que – segundo Peirce – toda entidade possui necessariamente os três tipos de propriedades, não se colocando em questão a diferença entre as três categorias. “*O ser de algo não se esgota em ser um signo; de fato, para alguma coisa ser um signo, deve ser alguma outra coisa além de signo*”. (Colapietro 1989:2).

¹² Visando um estudo da forma como Peirce via a Linguística em seu sistema das ciências, foram estudadas partes dos manuscritos de Peirce publicados por Beverly Kent em seu livro “*Logic and the classification of the sciences*”.

¹³ Ensaio de Colapietro (1991) “*Two Rival Conceptions of the Semiological Ideal: Peirce and Saussure*” em que o autor estabelece um confronto entre essas duas posições.

Desta forma, podemos dizer que tudo é signo, todavia não é só signo. Podemos considerar algo como sendo signo, ou melhor, como uma entidade triádica significante; isso implica afirmar que esta entidade mantém uma relação diádica com outra coisa e que assim pode estar porque tem propriedades intrínsecas ou monádicas.

Como nos diz Joseph Ransdell¹⁴ (1983:16), “*considerar algo como signo indica a perspectiva que estamos adotando com relação a algo*”. É justamente esta perspectiva que nos parece ser produtiva para a compreensão do comportamento humano frente aos MCM meios de comunicação de massa pois, segundo Peirce, “*toda ação dinâmica, ou ação de força bruta, psíquica ou física, tem lugar entre dois sujeitos... é resultante de ações entre pares. Mas por*” *Semiose* “*(ação do signo) eu quero dizer, ao contrário, uma ação ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação de três sujeitos, tal como um signo, seu objeto, e seu interpretante, essa influência trirrelacional não sendo de nenhum modo solucionável em ações entre pares*”. (CP 5.484).

¹⁴ Joseph M. Ransdell, Filósofo americano com Ph.D em Filosofia pela Columbia University e pesquisador da obra de Charles S. Peirce. A citação foi retirada de sua dissertação: “*On the conception of representation of the American philosopher and scientist Charles Peirce*”.

A ESTRUTURA TRIÁDICA DA SEMIOSE

Essa insistência de Peirce sobre a estrutura triádica da semiose distingue sua concepção da definição dada por Saussure, uma vez que a concepção oferecida por este se baseia numa relação diádica entre significante e significado. O foco da Semiótica peirceana é a revelação de tricotomias, por exemplo, ícone, índice e símbolo.

Peirce esclarece: “*Um signo intenta representar, em parte ao menos, um Objeto, que é, um certo sentido a causa, ou determinante, do Signo, mesmo se o Signo representa seu Objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu Objeto implica que afeta uma mente, e dessa maneira a afeta, de algum modo, por determinar naquela mente alguma coisa que é mediadamente devida ao Objeto. Aquela determinação da qual a causa imediata, ou determinante é o Signo, e da qual a causa mediata é o Objeto pode ser chamada de Interpretante...*” (CP 6.347). Com esta concepção, podemos concluir que Signo é algo que revela, que faz mediação entre o Objeto e o Interpretante.

Notamos que um Signo é sempre incompleto, restando sempre algo do Objeto que não está reproduzido no Signo. Fundamento do signo foi o nome dado por Peirce, ou seja, o Signo representa o Objeto em algum aspecto e em alguma medida, isto é, o Objeto será representado no Signo ou ainda os modos pelos quais um Signo está para seu Objeto ou pelos quais um Signo está correlacionado com algo mais. O Signo é aquilo que faz o Objeto se manifestar, sendo assim o Objeto é a causa, a fonte, aquilo que determina o Signo. O Objeto age pela mediação do Signo e a ação do Signo ou semiose se consuma no Interpretante que tem com o Objeto o mesmo tipo de relação que o Signo tem com o Objeto.

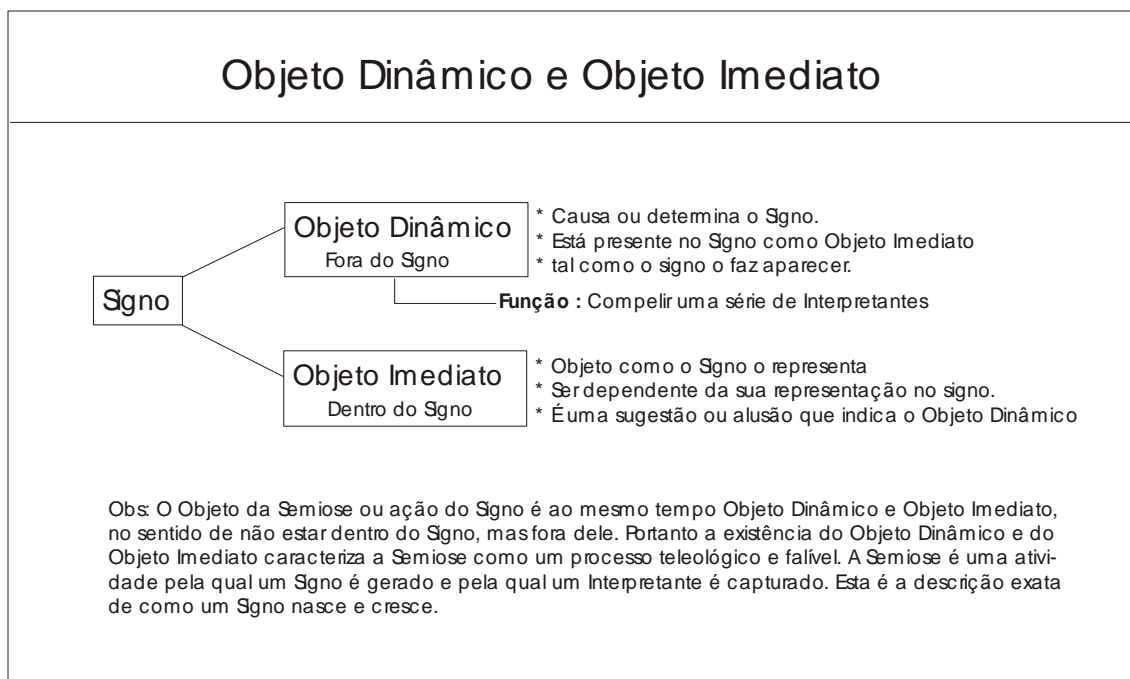
Como já citado anteriormente e somente com o objetivo de cristalizar a concepção de Signo em que esta concepção está diretamente ligada à noção de processo infinito de mediação, Peirce conclui que Signo é: “*Qualquer coisa que determina outra coisa – seu Interpretante – para referir a um Objeto, ao qual ele se refere – seu Objeto – do mesmo modo, o Interpretante tornando-se um Signo, e assim ad infinitum*” (CP 2.303).

O termo *determina* significa que aquilo que o Signo se refere deve necessariamente ser referido pelo seu Interpretante. Do ponto de vista causal, *determina* significa que o signo

produz um Interpretante que, por sua vez, produz um Interpretante de si, e assim por diante. Existe, portanto, “*uma tendência real do Objeto representado a se manifestar repetidamente e completamente no aspecto no qual está representado*” (Ransdell 1983:45). Essa tendência em direção a algo Peirce chama de *causação final*.

Peirce ainda formula uma divisão do Objeto em Objeto Dinâmico e Objeto Imediato: “*nós temos que distinguir o Objeto Imediato, que é o Objeto como o Signo o representa, e cujo ser é assim dependente da sua representação no Signo, do Objeto Dinâmico, que é a Realidade que através de alguns meios determina o Signo para sua representação.*” (CP 4.536).

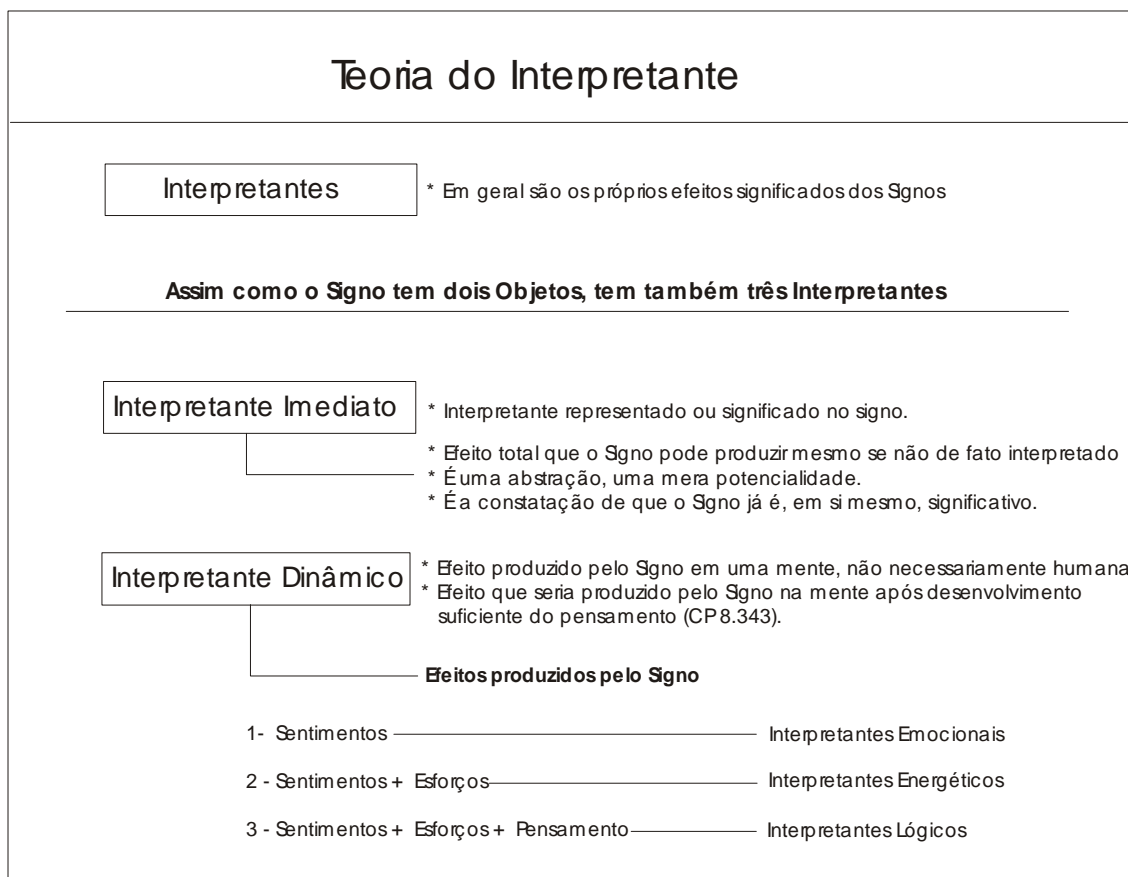
Portanto, com base nesta divisão, temos que o Signo tem dois Objetos: Objeto Dinâmico e o Objeto Imediato. Vejamos o diagrama abaixo:



Os Signos são divisíveis de acordo com seus Objetos, ou melhor, de acordo com seus Objetos Imediatos. O Objeto Imediato é aquele que o Signo cria ao representá-lo.

Vejamos agora a concepção de Interpretante, de acordo com Peirce. Sua teoria do Interpretante é a parte mais extensa da sua teoria dos signos. Diz Peirce: “*Para o próprio efeito significado de um Signo, proponho o nome de Interpretante do Signo*” (CP 5.473).

O diagrama abaixo foi construído com base na teoria do Interpretante, segundo Peirce:

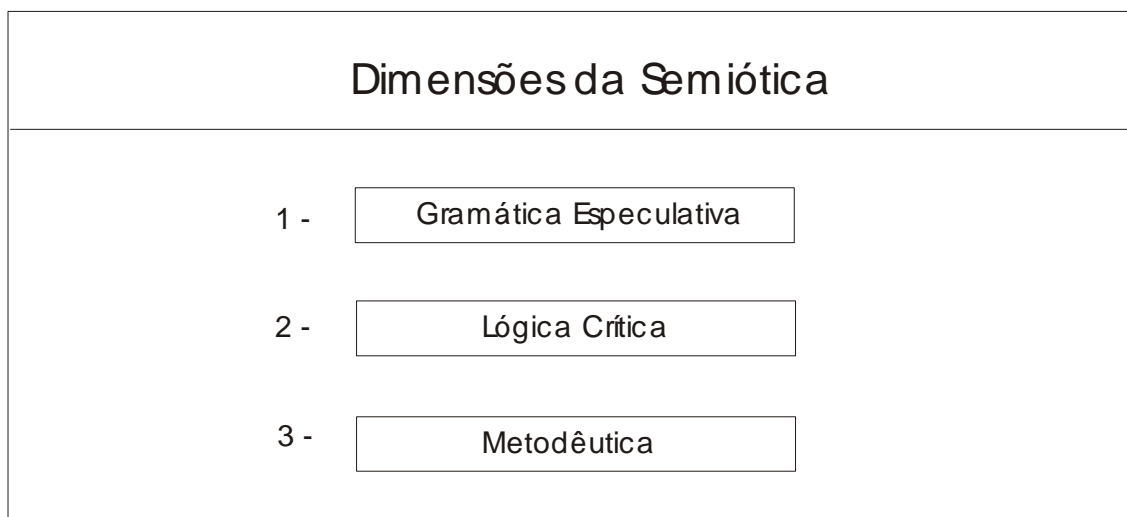


Como vimos, a teoria dos signos de Peirce, como foi elaborada, é intencionalmente geral, pretendendo dar conta de todos os tipos e espécies de Signos em todos os aspectos, ou seja, o Signo em relação a si mesmo e o Signo em relação ao Objeto e ao Interpretante. Por outro lado, o Objeto a que se aplica a Semiótica é, também, intencionalmente geral, uma vez que tudo é signo, embora não seja só signo.

Como ressalta Colapietro (1989:6) essa definição exibe a forma de um processo sem especificar a natureza dos participantes desse processo. Tal generalidade é conseguida por meio da não especificação do tipo de Interpretante que o Signo possa produzir e pela não especificação material do tipo de relação estabelecida entre Signo e Objeto.

A CLASSIFICAÇÃO DOS SIGNOS E OS TIPOS DE RACIOCÍNIO

A análise do Signo deve, fundamentalmente, incluir a análise das três dimensões da Semiótica, isto é, seus três ramos:



Gramática Especulativa se preocupa com os princípios de construção geral, universal e formal que governam a construção e combinação de signos ou “as condições gerais para os signos serem signos”.

A **Lógica ou Crítica** é a ciência das condições que capacitam os signos em geral, a se referir aos objetos, é a teoria das condições formais de verdade, da descoberta e teste da verdade. Portanto, é a **teoria das inferências**, sejam hipotéticas, dedutivas ou indutivas.

Metodêutica ou Retórica Especulativa é a ciência das condições formais de inteligibilidade ou do poder de traduzibilidade dos signos.

A Gramática vai estabelecer as combinações dos signos, assim como os princípios que vão governar a sua construção. Nela se encontra a classificação dos signos.

A Lógica é a teoria das condições formais de verdade. Nesta se encontra a teoria dos métodos de raciocínio e de investigação, os estudos sobre os três modos de inferência: abdutivo, dedutivo e indutivo.

E, ainda, segundo Peirce, os argumentos se dividem em três tipos de raciocínio:

- **Abdução:** raciocínio criador, de descoberta, é uma forma de raciocínio destinada a constituir uma hipótese.
- **Dedução:** raciocínio para extração de conseqüências necessárias da hipótese.
- **Indução:** é uma generalização a partir de uma amostra.

Por fim, a Retórica investiga a força com que um signo se endereça ao sentimento, a atenção e ao pensamento, isto é, investiga a tradução de um signo em uma variedade de interpretantes. Essa passagem nos leva a acreditar – ainda que de forma precoce – que o Pragmatismo de Peirce, assim como a sua teoria sobre a fixação das crenças – como veremos no próximo capítulo – são desenvolvimentos de sua teoria da Retórica.

Neste momento, parece-nos oportuno lembrar ao leitor que, tanto a divisão de signos quanto a classificação, devem ser compreendidas como resultantes da aplicação das três categorias da experiência (primeiridade, segundidade e terceiridade). É por meio das categorias que se compreende que algo é algo em si mesmo (em nível de primeiro) ou que é algo em relação à outra coisa (em nível de segundo) ou que é algo com relação a um primeiro e a um segundo (em nível de terceiro).

Segundo Peirce, um signo é categorizado pela terceira das três modalidades de ser, estabelecida pelas doutrinas das categorias: o signo é algo que traz um segundo (objeto) em relação com um terceiro (interpretante).

Portanto, com base nesta relação triádica, e ainda aplicando-se as categorias (modos de ser) a essa relação, podemos concluir que um signo é partícipe das três modalidades, ou seja, é algo em si mesmo (modo do ser da primeiridade), é algo em conexão com um

segundo (modo do ser da segundidade) e é um meio entre um segundo e um terceiro (modo do ser da terceiridade).

Foi em 1867 que Charles Sanders Peirce elaborou a primeira divisão de signos e foi a que ele mais explorou.

1. Signos em si mesmos
2. Signos em relação ao Objeto Dinâmico
3. Signos em relação ao Interpretante Final

Cada uma dessas três divisões contém as três categorias, isto é, cada uma possui os três modos de ser ou categorias e tem, desse modo, três tricotomias: (Peirce 1977: 160-161).

Categoria ou Modalidade

- a. 1 Qualidade
- b. 2 Fato
- c. 3 Lei

1. Signos em si mesmos 2. Conexões de signos com Objetos

- | | |
|---------------|------------|
| a. Qualisigno | a. Ícone |
| b. Snsigno | b. Índice |
| c. Legisigno | c. Símbolo |

3. Representações de Signos para Interpretantes.

- a. Rema
- b. Proposição
- c. Argumento

Essas divisões, ao serem combinadas entre si para formar relações triádicas, constituem classes de signos. A classificação de todos os signos não será contemplada nesta dissertação, pois acreditamos que o foco principal deste capítulo é mostrar a teoria de Peirce e fazer dela um suporte para nossa investigação.

No entanto, pontos fundamentais devem ser lembrados como:

1. Um signo tem dois objetos (imediatos e dinâmico)
2. Um signo tem três interpretantes (imediatos, dinâmico e final).

Portanto, signos são estruturas complexas, produtos da combinação das suas diferentes propriedades e das relações que mantêm com os demais componentes da relação triádica. Os elementos que formam o signo (Objeto, Signo, Interpretante) apontam o lugar que cada parte da relação está ocupando na ação do signo ou semiose.

As divisões do signo e as classificações têm, portanto, uma função compreensiva não se tratando de uma mera rotulação de fenômenos.

Parece-nos lícito que um signo só pode funcionar dentro de uma cadeia de interpretações e, portanto, qualquer signo particular só é possível como um elemento do sistema de signos. Como já vimos, a própria definição de signo implica a idéia de um sistema semiótico.

A relação triádica de um signo revela sua dupla posição, por ser ao mesmo tempo sujeito e objeto da interpretação e, desse modo, o início absoluto da interpretação não existe, pois qualquer signo é sempre um interpretante de alguma realidade simbólica existente previamente.

Percebe-se que a Semiótica de Peirce fornece um modelo para uma análise compreensiva dos aspectos epistemológicos e ontológicos do universo do signo, assim como o problema da referência da realidade e da ficção, a questão da objetividade, a análise do significado e, fundamentalmente, o problema da verdade.

Como uma “teoria da interpretação”, a semiótica não reduz esta análise aos efeitos sobre os interpretantes. Lembramos que a interpretação é apenas um momento do processo signico. Somente a relação completa dos três constituintes faz um signo ser signo e tem como principal função mediar.

Esse caráter infinito em que interpretação gera interpretação é um processo dialógico de signos no tempo. De acordo com Peirce, todo pensamento, toda ação humana é um

processo de semiose e, portanto, de interpretação, ou seja, é um diálogo entre signos; com isso, concluímos que a filosofia de Peirce é uma filosofia em que:

- O mundo dos signos é um mundo em continuidade.
- Não existe o início perfeito do conhecimento de modo que a interpretação sempre atribui novos significados aos significados anteriores.
- A semiose é um processo que ocorre ao longo do tempo, ou seja, é histórica.
- A semiose é um processo de interpretação criativo.
- O mundo é um texto a ser interpretado em que todo fenômeno é significativo.

O objetivo principal deste capítulo, foi apresentar uma introdução geral ao pensamento de Peirce, assim como evidenciar alguns conceitos, como o das categorias, de signo e de semiose, necessários para apresentarmos uma análise da constituição e evolução das crenças, tomando como base os princípios e conceitos teóricos do pensamento filosófico de Charles Sanders Peirce.

CAPÍTULO II

A GNOSIOLOGIA DOS ESCOLÁSTICOS NA IDADE MÉDIA DOGMATISMO

No capítulo anterior, vimos que o mundo dos signos é um mundo em continuidade onde interpretação gera interpretação. Segundo Peirce, não existe o início perfeito do conhecimento de modo que a interpretação sempre atribui novos significados aos significados anteriores e que a semiose ou ação do signo é um processo que ocorre ao longo do tempo, ou seja, é histórica.

Precisamos deixar claro que, para Peirce, a ciência não deve ser entendida como conhecimento acumulado e organizado, mas como uma entidade histórica viva, uma atividade humana, guiada pelo *“impulso em penetrar a razão das coisas”* (CP 1.44).

Se a ciência é uma entidade histórica, viva, em busca da razão das coisas, parece-nos prudente, neste momento, a adoção de um guia que possa balizar nosso raciocínio rumo à origem das transformações do pensamento, ou seja, a fase de separação entre a fé e a razão para, com isso, gerarmos um vetor de investigação rumo ao objetivo final deste trabalho.

Foi com Tomás de Aquino que a gnosiologia escolástica chegou ao seu ápice. É nesta fase que a escolástica adquire plena consciência dos poderes da razão e proporciona finalmente ao pensamento cristão uma filosofia.

Neste capítulo, vamos mostrar os conceitos e marcar os pontos fundamentais ligados à evolução das crenças na área da teoria do conhecimento. Primeiro, iremos cruzar as concepções de Peirce com as idéias de Tomás de Aquino com relação aos signos. Esta passagem tem como objetivo, encontrar algumas regularidades. Na seqüência, o objetivo é definir ciência segundo Peirce e, com isso, prepararmos nossa investigação.

Para S. Tomás de Aquino o signo está como base da atividade lógica, ou seja, das leis do pensamento. Apesar de não ser tratado tão detalhadamente como o fez Peirce, também na obra daquele filósofo encontramos um estudo dos elementos significativos lingüísticos, contudo por meio da Metafísica.

Nesta perspectiva metafísica, S. Tomás de Aquino faz uma definição e divisão do signo que, se comparada com a conceituação dada por Peirce, mostra-nos uma relação muito notavelmente semelhante e valiosa. Para ele o signo é *“Aquele que representa para a faculdade cognoscitiva algo diferente de si mesmo”* Esclarece ainda que esta definição do signo é geral de modo que possa abranger todas as suas diferentes classes.

Longe de postular verdades ou dogmatizar conceitos, concluímos que tanto em S. Tomás de Aquino como em C. S. Peirce a razão formal do signo é uma relação predicamental. Como vimos, para este é uma relação triádica: signo – objeto – interpretante e para aquele é uma relação entre a faculdade cognoscitiva e o signo e entre o signo e seu objeto significado.

Na doutrina dos signos de S. Tomás de Aquino existem vários tipos de relação (de razão, real transcendental e real predicamental), não obstante a relação que constitui a formalidade do signo é do tipo predicamental, numa relação do signo com o significado e não com a faculdade cognoscitiva. Neste sentido, a relação predicamental do signo com o significado é a razão formal do signo, isto é, nela consiste a significação.

Em Peirce a palavra “significado” aparece como sinônimo de “idéia” a qual se localiza exatamente no lugar do interpretante:

“O signo é um veículo que comunica à mente algo do exterior. Aquilo em cujo lugar o signo está é denominado seu objeto; aquilo que o signo transmite, seu significado; e a idéia que ele provoca, seu interpretante” (CP 1.339).

Para S. Tomás de Aquino, o signo não se reduz a uma entidade material ou mental tomado de modo absoluto, e sim, relativo a algo – ao designado e a faculdade – e nesta relação está seu ser de signo, de outra forma ficaria reduzido ao ser de objeto.

Para Peirce, esta relação é triádica, ou seja, é a relação entre signo, significado e faculdade cognoscitiva da qual se deriva o interpretador. O signo ou representante se relaciona, segundo esse filósofo, com um objeto (um aspecto do qual é fundamento do signo) e com um interpretador que na maioria das vezes é um conceito da mente do intérprete, às vezes, pode ser uma ação e outras um hábito.

O critério ou fundamento utilizado por S. Tomás de Aquino na divisão do signo está na relação do signo com a faculdade resultando em duas classes: o signo formal e o signo instrumental.

- Signo formal – forma que representa por si mesma algo ao conhecimento e não por meio de outra coisa. O signo formal é a imagem, forma, imitação, reprodução ou reconstrução de outra coisa de maneira intrínseca ou inerente a faculdade cognoscitiva. É uma representação que serve como meio “pelo qual” se conhece o significado. O signo formal leva a conhecer o significado mediante um conhecimento anterior de si mesmo. Ex: Imagens da fantasia ou imaginação e da memória sensitiva, assim como os conceitos de entendimento e da memória intelectual, sendo precisamente o conceito, o signo formal por excelência, no qual se conhece formalmente a coisa significada.

Poinsot¹⁵: “*O conceito é espécie expressa do intelecto e de maneira muito própria é signo formal*”.

- Signo instrumental – por um conhecimento prévio ou preexistente de si mesmo, como objeto, representa algo distinto de si mesmo. É a imagem, forma ou representação de outra coisa de maneira extrínseca à mente, por virtude de uma relação preestabelecida. É uma representação que serve como meio “a partir do qual” ou “por meio do qual” (mas não no qual como no signo formal), se conhece o significado; e requer um pré-conhecimento denominativo e extrínseco, isto é, requer ser reconhecido como objeto e como signo para poder remeter ao significado. Exemplos:

¹⁵ João de São Tomás (Jean Poinsot ou John Poinsot) “Tractatus de Signis (republicado em edição crítica por John Deely em 1984).

- A trilha do boi é a representação do boi que passou.
- Uma estátua é um signo instrumental a partir do qual se conhece um personagem.
- A palavra é um signo instrumental a partir do qual se conhece a coisa tal como é concebida pelo intelecto.

Também o signo instrumental está constituído por uma relação; se se trata de um signo instrumental natural, a relação será real e, se se trata de um signo instrumental convencional, a relação será de razão.

Poinsot comenta esta divisão dizendo: “A divisão do signo em formal e instrumental é essencial, unívoca e adequada”. Entretanto, não é a divisão principal do signo.

Como divisão principal, Poinsot sugere uma divisão fundada na relação entre o signo e o designado (que é a relação principal): natural, convencional e consuetudinário.

- Signo natural – representa pela natureza da coisa, sem nenhuma imposição nem costume e, assim, representa o mesmo para todos. Manifesta o significado por um valor de significação que lhe conferiu a natureza. Sua relação de significação, isto é, com seu significado, tem fundamento na realidade. Seu constitutivo é uma relação. Ex: fumaça/ fogo – gemido/dor – rastro na neve / passo de animal.

Poinsot se pergunta se no signo natural a relação é real ou de razão, isto é, apenas pensada. E responde: *”A relação do signo natural com seu designado, pela que constitui o signo, é real, e não de razão, enquanto está na sua parte e por força de seu fundamento e supondo a existência do término e as outras condições da relação real”*.

- Signo convencional – representa algo por imposição da vontade, por meio da autoridade pública, como a voz “Homem”. O signo convencional ou arbitrário é o que se fundamenta na livre e até caprichosa eleição dos homens, como no caso dos sinais de trânsito ou na linguagem. Sobre isso, afirma Poinsot: *“Nos signos*

convencionais a razão do signo também deve explicar pela sua relação com o designado. Mas esta relação é de razão e o signo consiste apenas numa determinação extrínseca pela que é imposta ou destinada pela república para significar”.

- Signo consuetudinário – representa somente pelo uso, sem imposição pública, do mesmo modo que a toalha na mesa significa a comida. Fundamenta-se na eleição livre, mas não apenas nela, e sim na que está fortalecida pelo seu uso. E, talvez, nem foi estabelecido com a intenção de se constituir em signo, e sim pela força do costume chegou a ser.

Todavia, o signo consuetudinário não tem plena especificidade, pois uma análise mais detalhada revela que seu conteúdo pode reduzir-se a um ou outro dos tipos mencionados anteriormente.

Para estabelecer o tipo de relação que exerce o signo consuetudinário, tem-se que saber primeiro se é um signo natural ou convencional. Se for o primeiro, terá uma relação real; se for o segundo, terá uma relação de razão. Poinset se encarrega de resolver este problema, dizendo que, às vezes, o signo consuetudinário pode ser convencional e, às vezes, pode ser natural: *”Se o costume se refere a um signo, destinando-o e propondo-o como signo, tal signo fundado no costume será convencional. Mas se o costume não propõe ou institui algo como signo, e sim que indica o simples uso de alguma coisa e por razão dele se toma como signo, tal signo se reduz ao natural”.*

Um exemplo do primeiro é a instituição de algumas vozes especiais, para designar certas coisas pelo costume; um exemplo do segundo é o dar à toalha sobre a mesa o significado da comida próxima; mas este último está mais perto do signo natural, já que se fundamenta na repetição e no hábito.²

² **Nota:** A relação acima citada entre São Tomas de Aquino e Charles S. Peirce foi elaborada como trabalho final do curso de Filosofia Medieval com o professor Dr. Carlos Arthur na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Material cedido pelo Professor Dr. Carlos Arthur- **BEUCHOT, MAURICIO** Semiótica, Filosofia del language y argumentación en Juan de Sto. Tomás.

Atentamos para o fato de que uma possível “verdade” pode ser extraída do cruzamento entre as duas concepções de signo, em Peirce e São Tomás de Aquino, pois elas apresentam crenças, permanências, pontos de semelhança e se toda lei é o resultado de um acordo de opiniões; neste caso, temos nestes pontos de semelhança e convergência algo lógico e geral.

Essa generalidade promovida neste acordo de opiniões é ciência, é buscar a razão das coisas nelas mesmas, é fomentar a evolução.

Agora vejamos nas palavras de Peirce, sua definição de ciência mais completa:

“Ciência deve significar para nós um modo de vida cujo único propósito estimulante é descobrir a verdade real. Modo de vida que persegue este propósito por meio de um método sólido; fundamentado através do conhecimento de resultados científicos já obtidos por outros e que estão disponíveis; e que procura cooperação na esperança de que a verdade possa ser encontrada, se não pelos pesquisadores de hoje que seja, no entanto, pelos outros que venham depois deles e que farão uso de seus resultados. Não faz diferença o quão imperfeito o conhecimento de um homem possa ser, o quanto está misturado com erros e preconceitos, no momento em que ele se engaja numa pesquisa com o espírito descrito, aquilo que o ocupa é ciência, como a palavra será aqui usada”.
(CP 7.54)

E ainda: *“Ciência pura não tem nada a ver com ação. As proposições por ela aceitas, são meramente escritas na lista de premissas que se propõe a usar. Nada é vital para a ciência; nada pode ser. Suas proposições aceitas, portanto, são somente, no máximo, opiniões e a lista inteira é provisória”.* (CP 1.635)

Mas qual é o propósito da ciência em Peirce? Esta ciência procura descobrir o que quer que possa ser a verdade dos fatos, aquilo que possa ser antecipado ou predito. O propósito é chegar à generalidade, à racionalidade ou a lei verdadeira. O conceito de verdade, para Peirce, é de um ponto de vista amplo: chegar a uma conclusão definitivamente estabelecida que o cientista esforça-se em antecipar (CP 7.187).

É somente por meio de um processo de raciocínio, de inferência que poderemos chegar à lei, à generalidade. A inferência é uma adoção deliberada de uma afirmação como sendo verdadeira e que deve envolver um argumento a favor dessa verdade. Os modos de

aceitação de uma afirmação (modos de inferência) são o necessário, o possível e o contingente (CP 7.187).

Esses três modos de aceitação de uma afirmação são os três modos fundamentais de raciocínio na ciência: dedução, indução e hipótese ou abdução. São esses raciocínios os determinantes de qual será a conclusão. (CP 1. 65 e 1. 57).

No entanto, Peirce, amplia o conceito de lógica de “arte do pensar” para a concepção mais geral de “arte de divisar métodos de pesquisa, o método dos métodos”. Assim, a lógica não nos dirá o tipo de raciocínio e investigação a ser utilizado, mas indicará como proceder para elaborarmos um plano de investigação (CP 7.59).

Existe uma diferença entre uma boa e uma má investigação (CP 7. 320). O papel da lógica então, é controlar conclusões assim como o caminho até elas, estabelecendo métodos racionais de investigação. Uma vez que a tendência da investigação é em direção a verdade e que a experiência e o tempo se encarregam dessa aproximação, o papel da lógica é abreviar este longo caminho com segurança do resultado. “A utilidade da lógica para a ciência, qualquer que possa ser a natureza de sua utilidade para indivíduos, é da natureza da economia” (CP 7. 220)

“Não bloqueie o caminho da investigação” (CP 1. 135)

Segundo Peirce, há algumas concepções e atitudes decorrentes destas concepções que decididamente impedem nosso conhecimento e que, como ele aponta, podem ser reconhecidas através de quatro formas:

- forma da afirmação absoluta
- a afirmação de que existe algo incognoscível, em termos de que não temos meios para alcançar determinado conhecimento
- assumir algo como inexplicável, no sentido de que nada há a mais para ser compreendido
- a postulação de determinada lei como tendo encontrado a sua formulação absoluta e perfeita, ou de que o curso ordinário da natureza nunca possa ser quebrado, através da afirmação de que determinado fenômeno nunca acontecerá. (CP 1.137)

Essas quatro barreiras ao conhecimento decorrem das concepções anti-cartesianas de Peirce, sistematizadas em dois artigos de 1868: “*Questões sobre certas faculdades reivindicadas para o homem*” e “*Algumas conseqüências das quatro incapacidades*”.

No primeiro trabalho, Peirce demonstra, de um lado, que não temos poder de introspecção, mas que todo o nosso conhecimento do mundo é inferido hipoteticamente do nosso conhecimento de fatos externos; de outro lado, que não temos poder de intuição, sendo cada cognição determinada logicamente por cognições prévias; por fim, que não temos poder de pensar sem signos e que não concebemos o absolutamente incognoscível. (CP 5. 265)

No segundo ensaio, Peirce mostra as conseqüências dessas quatro incapacidades, que recaem naturalmente numa crítica às limitações do método cartesiano.

A FENOMENOLOGIA DO CONHECIMENTO NA IDADE MODERNA

RACIONALISMO – DESCARTES X EMPIRISMO - DAVID HUME

Os três grandes pensadores do racionalismo foram: René Descartes¹⁵(1596-1650), Gottfried Wilhelm von Leibniz e Benedictus de Spinoza. A escola racionalista é a escola da razão, pois sua crença estava em acreditar que somente por meio da razão, e de forma dedutiva, podemos chegar ao conhecimento. Todavia, o racionalismo sofria ainda de um certo dogmatismo.

A obra de Descartes é pós-medieval e mostra uma ruptura com Aristóteles anunciando a filosofia moderna, numa época em que a religião suspeitava da ciência e a ciência via com ceticismo a religião.

Segundo Ibri, *“o racionalismo foi um movimento acima de tudo libertário, pois foi uma tentativa de libertação do dogmatismo da idade medieval.”*¹⁶

Descartes desejava conciliar ciência e religião, ou seja, desejava que a ciência fosse aceitável aos olhos da religião. Ainda assim, sua obra estava dominada de questões científicas. A intenção dele era colocar o conhecimento à prova, objetivando um fundamento seguro e, com isso, construir toda a estrutura do conhecimento humano. Ele verificou que, para avançar na ciência, precisava fazer uma incursão na filosofia. Para isso, concebeu o método da dúvida. Descartes queria refutar tudo que pudesse ser objeto de dúvida a fim de dar a conhecer algo de que de modo algum se pudesse duvidar, ou seja, ele desejava encontrar o conhecimento certo.

Descartes submeteu todas as suas opiniões a um teste – conforme segue abaixo -, pois acreditava que todos têm a experiência de serem enganados por seus sentidos e ainda acreditando que para chegarmos ao conhecimento verdadeiro teríamos que:

¹⁵ René Descartes, filósofo, cientista e matemático francês. É conhecido como o “pai da filosofia moderna” – Coleção Os Pensadores Editora Nova Cultural.

¹⁶ Esta passagem é produto de anotações em sala de aula durante o Curso de Lógica e Teoria do Conhecimento ministrado pelo professor Dr. Ivo Assad Ibri.

- só aceitar verdades auto-evidentes como na matemática.
- decompor as dificuldades em partes menores, a fim de tornar mais fácil sua solução.
- organizar os pensamentos para começar com o mais simples e ir se aproximando do mais complexo.
- assegurar-nos de ter levado tudo em conta.

Descartes acreditava que as pessoas nasciam com idéias inatas, ou seja, já nascemos com algumas idéias em nosso ser as quais podemos descobrir por meio da razão. Estas nos dão, segundo este pensador:

- conhecimento de nós mesmos
- conhecimento de Deus
- conhecimento da matemática

A filosofia de Descartes, portanto, é racionalista, pois postula que podemos alcançar o conhecimento correto pela razão, sendo assim, não precisamos confiar em nossos sentidos. O critério de verdade no cartesianismo está na busca de idéias claras e distintas tomando como princípio o método da dúvida.

De forma contrária, os filósofos empíricos dos séculos XVII e XVIII, John Locke, George Berkeley e David Hume¹⁷, acreditavam que tudo aquilo que sabemos vem por meio dos sentidos que são deficientes e nem sempre nos dão informações precisas.

Dentre os mais famosos, destacamos Hume pelo seu absoluto ceticismo e obstinação por demolir a razão humana como princípio do conhecimento.

A razão, segundo ele, não passava de um hábito ou costume. E afirmava ainda, que nós não podemos deixar de acreditar, mas temos de deixar de pensar que nossas crenças se baseiam na razão. Para Hume, o ser humano é um feixe de sensações e tudo que podemos saber vem por meio de nossos sentidos.

¹⁷ David Hume, filósofo e historiador francês. Uma das figuras mais importantes do iluminismo escocês. O que nos chama atenção, neste ensaio, são o empirismo e ceticismo de David Hume. Coleção Os Pensadores Editora Nova Cultural.

Esse Filósofo divide o entendimento humano em:

- impressões: aquilo que recebemos por meio dos sentidos
- idéias: lembranças ou “imagens tênues” de impressões que combinamos no pensamento e no raciocínio.

Assim intui que, como as idéias derivam em última análise de impressões, nosso conhecimento é limitado.

Hume empenhou-se em arruinar a crença tão querida pelos filósofos antigos e medievais de causa e efeito, até então necessária à ciência e à religião. Ele considerou não haver razão nenhuma para supor que, dado o que se chama “efeito” tenha de haver uma causa invariavelmente unida a ele. A seu ver, a causação era uma idéia e não uma impressão por isso:

- não podemos deduzir efeitos de um objeto
- o que costuma acontecer não acontece necessariamente sempre

A nosso ver, ele oferece uma explicação psicológica e não científica para a questão causa e efeito, quando declara que o melhor que podemos dizer é que vemos eventos conjugados.

O alvo seguinte de Hume foi a idéia do eu de Descartes, alegando que o eu era uma idéia e não vinha de nenhuma impressão direta, então conclui: *“se olhar para dentro de mim, só vou encontrar pensamentos e percepções assim como se pode dizer que existe um eu?”*¹⁸

O método científico desse pensador destruiu muito dos pressupostos sobre os quais se fundava a ciência. Hume demoliu muita coisa que estava na base do pensamento:

- não há causa e efeito
- não há princípio de razão
- não há certeza na indução (decidir o que é verdadeiro a partir de evidências)
- a existência da matéria depende de nossa imaginação.

¹⁸ Coleção Os Pensadores – Editora Nova Cultural.

De forma resumida, estas eram as crenças, as concepções vigentes da natureza da ciência – em que predominavam as tradições racionalistas e empiristas – a época de Peirce.

Segundo Lúcia Santaella: “... a oposição entre as correntes nativistas e as empiristas nunca residiu na aceitação, ou não, de que há sensações, isto é, dados que nos vêm dos sentidos. O desacordo se apresenta no entendimento da fonte mental da percepção, se ela é uma questão de aprendizado ou de intuição. Os adeptos do aprendizado são herdeiros dos empiristas, os da intuição, do cartesianismo.”¹⁸

Peirce, por ser um cientista com prática experimental e um grande amante da lógica, entendia que essas concepções eram inadequadas, portanto, era preciso reformular, revisar o cartesianismo e foi essa a tarefa a qual ele se dedicou, desmoronando as idéias de Descartes e propondo um terceiro grau de clareza, uma nova doutrina que seria chamada de Pragmatismo.

¹⁸ **Santaella Lúcia**, A Percepção, uma Teoria Semiótica, pág 25.

O REALISMO DE CHARLES SANDERS PEIRCE

Com o objetivo de revisar as concepções tradicionais da ciência moderna, Peirce notou que faltava ser revista uma questão muito importante, a saber, a ideologia da separação entre a *realidade do pensamento e a realidade da ação*.

Segundo Ibri, Peirce extrai sua concepção de realidade do escolástico John Duns Scotus :¹⁹

“Scotus somou consideravelmente a linguagem da lógica. É de sua invenção a palavra realidade (CP, 4. 28) e realidade é aquele modo de ser em virtude do qual a coisa é como ela é, sem consideração do que qualquer mente ou qualquer coleção definida de mentes possam representá-la ser (CP, 5. 565) Ainda, os objetos são divididos em ficções, sonhos, etc, de um lado, e realidades de outro. Os primeiros são aqueles que existem apenas porque você, ou eu, ou alguém os imagina; os últimos são aqueles que têm uma existência independente da sua ou da minha mente, ou da de qualquer número de pessoas. O real é aquilo que não é o que eventualmente dele pensamos, mas que permanece não afetado pelo que possamos dele pensar (CP, 8.12)

Ainda, sobre isso, temos:

“Na idéia de realidade, a Segundidade é predominante; pois realidade é aquilo que insiste, forçando seu modo de ser à reconhecimento como alguma coisa que não a criação da mente (CP, 1 325) e o que é realidade? Não haverá tal coisa chamada verdade a menos que existisse alguma outra coisa que é como é, independentemente de como possamos pensar que seja. Isto é a realidade, e temos que investigar o que é a sua natureza. Falamos de fatos duros. Desejamos que nosso conhecimento se conforme aos fatos duros. Contudo, a “dureza” do fato reside em sua insistência sobre o percepto, sua insistência inteiramente irracional – o elemento de Segundidade nele presente. Este é um fator muito importante da realidade (CP, 7.659).”

¹⁹ ASSAD IBRI, IVO, Kósmos Noêtos SP, 1992 Parte II, o mundo como aparência pág 25.

Ora, se a realidade tem como condição de possibilidade a alteridade, a reação, o confronto para considerarmos algo verdadeiro, parece-nos lícito que este ato de resistência aparece internamente como nosso passado, ou seja, como o mundo da nossa memória, como tudo aquilo que já vivemos e resiste à nossa vontade de modificar. É um estado contrário à nossa vontade.

Sob este ponto de vista, o passado não é modificável porque ele é objeto; ele é outra coisa que não é a nossa representação. Ele é “*alter*” para a nossa consciência.

A experiência de realidade é sempre uma experiência de negação, de alteridade, em que o que aparece na exterioridade é a reação das coisas contra nós, ou seja, regido por um processo de força bruta o mundo reage contra nós.

No primeiro capítulo – As Categorias da Experiência - vimos que a segundidade exteriormente, aparece sob o conceito de existência, da alteridade dos objetos e suas reações.

“A reação é algo que acontece sempre e apenas uma única vez, caracterizando assim a sua individualidade como evento, não podendo ser generalizada sem perder o seu caráter de reação, pois uma ação generalizada é lei. Em si mesma a reação é arbitrária, cega e um exercício bruto de força” (CP. 7 532) .

A existência é, portanto, o resultado que caracteriza o modo de ser das coisas de forma particular, do singular ou individual sob uma dualidade em que forças se interagem.

Peirce explicita na passagem que segue:

“Embora em toda experiência direta de reação, um ego, alguma coisa interna, seja um membro do par, atribuímos, ainda, reações a objetos fora de nós. Quando dizemos que uma coisa existe queremos significar que ela reage sobre outras coisas. Evidencia-se que estamos transferindo para ela nossa experiência direta de reação, ao dizermos que uma coisa age sobre outra. Esta é nossa hipótese para explicar os fenômenos – hipótese na qual, há semelhança das hipóteses de trabalho de uma investigação científica, podemos crer como não sendo absolutamente verdadeira, mas que é útil por nos tornar aptos a conceber o que ocorre (CP, 7. 534) E também em: E esta noção deve ser tal qual as outras coisas nos moldam, é algo de tal modo proeminente em nossas vidas que

concebemos que as outras coisas também existem em virtude de suas reações umas contra as outras” (CP, 1.324)

A existência do real tem a incumbência de nos afastar das ilusões e nos corrigir do erro, mesmo que seja por meio da brutalidade com que os fatos se apresentam e se impõem a nós, não permitindo qualquer apelação à nossa vontade de modificá-los.

Com isso, notamos que a existência, enquanto resultado de um processo de ação e reação, que faz com que as coisas se tornem objetos, é uma experiência ativa e não contemplativa.

Segundo Ibrí²⁰: ... *os objetos do mundo que reagem contra mim também reagem entre si, ou seja, independentemente de mim, e por serem alteridades uns para os outros, negações entre si, os objetos existem, ou seja, a segundidade metafísica é própria do mundo independe de mim. “Não obstante, o simples ato de ver a interação entre os outros individuais, não é necessariamente uma experiência da natureza da segundidade. A variedade e diversidade da natureza podem ser vistas no seu caráter dinâmico, ou seja, na multiplicidade de ações e reações que ela expõe à visão, estando à consciência experienciadora sob o modo de ser fenomenologicamente primeiro. Deste modo, a concepção da existência é necessária sob o ponto de vista não mais fenomenológico, mas sim metafísico, traduzindo-se numa hipótese explicativa a partir da experiência direta que revela nosso caráter de individuais”*

A existência, no seu caráter metafísico, unifica, portanto, o caráter do existir humano, a par do existir do individual da exterioridade.

Ora, se toda experiência de alteridade necessita de um fluxo de tempo e de um intérprete ou mente que possa fazer uma mediação dessa experiência, parece-nos lícito que este evento perca seu caráter individual e ganhe a forma de uma representação geral, tornando-se uma lei ou regularidade no tempo.

²⁰ Idem, ibidem.

Assim, o pensamento como um processo de mediação (interior) funda nessa regularidade (exterior) a sua condição de possibilidade, ou seja,²¹ *“a generalidade exterior parece ser o fundamento da generalidade do pensamento como representação mediadora”*.

A filosofia realista de Peirce propõe um mundo que existe independente de nós e do que pensamos dele, ou seja, independente do sujeito. Esta concepção é singular e completamente diferente das demais concepções apresentadas anteriormente, a saber, o racionalismo de Descartes e o empirismo de Hume, em que o sujeito era o centro e o princípio de todas as coisas.

Esta concepção realista de Peirce levou-o a uma investigação da realidade da generalidade e a realidade da terceiridade. *“Dizer que o mundo existe é dizer que ele é constituído por particulares que reagem entre si, mas os particulares não esgotam a realidade”* (CP 5. 103)

O geral é real (CP 5.151), ou seja, conforme a definição de Aristóteles *“aquilo que naturalmente é apto a ser predicado de muitos”*.

Portanto, para Peirce, a noção de realidade dá-se de forma imediata por meio de uma experiência de dualidade, em que num teatro de reações dos particulares, entre si, surge uma certa resistência exterior contra a consciência de um intérprete. Todavia, a terceira categoria apresenta uma relação mais real do que a segunda categoria, pois aparece interiormente como pensamento mediativo, portanto como evolução, crescimento, aprendizagem, fazendo com que a mediação do pensamento seja da natureza da cognição. Com isso, Ibri conclui que:²² *“... todo fenômeno cognitivo, como apreensão de um terceiro elemento mediador, envolve fluxo de tempo... Da natureza do conceito e do pensamento, o elemento cognitivo deve ser geral e ter o estatuto de representação”*

E já que a terceiridade é a categoria do pensamento e do conceito ela é também a categoria da generalidade, em que o significado do conceito se refere antes a um “hábito de ação ou de conduta” (CP 5. 467 e 5. 491) do que há circunstâncias particulares, em ocasiões

²¹ 10 e 11 ASSAD IBRI, IVO, *kósmos Noëtós*. SP, 1992. Parte II, o mundo como realidade Pág 29 e 30

²² op. cit

particulares, pois a cognição deve ter vínculo com o futuro como moldadora de conduta, da ação, reduzindo a brutalidade do fato à inteligibilidade.²³

A realidade depende de uma ação mental, conforme seu caráter cognitivo; todavia também faz do que é real algo que independe daquilo que possamos pensar que ele seja como vimos anteriormente. Sendo assim, o real só pode ser conhecido por meio do pensamento, da mediação, a partir da identificação de semelhanças, de regularidades de conduta, observadas na natureza e nos seres humanos apesar de toda a sua diversidade e especificidade. É justamente este raciocínio lógico que leva Peirce à conclusão de que a terceira categoria tem como característica principal uma certa ordem, uma lei, um acordo de opiniões.

Esse acordo de opiniões é o produto de uma evolução que tem uma tendência geral para a construção de hábitos que engendram regras, ordem na pluralidade das coisas existentes; esse hábito nada mais é do que uma tendência mental, por isso, foi chamada, por Peirce, de Lei da mente, e esta, por sua vez, sustenta a evolução de todas as coisas.

Notamos que, em Peirce, mente e matéria estão em mútua relação e que existe uma possibilidade de que os hábitos de conduta, que se encontram na mente, poderão ser encontrados no universo material, na forma de leis naturais se concebermos que o universo material é uma forma de mente ou seja, pensa (Idealismo Objetivo).

O realismo de Peirce está fundado numa correspondência categorial entre sujeito e objeto, em que o mundo existe independente do sujeito e do que o sujeito pensa dele; todavia, este mesmo mundo é constituído pelo sujeito que torna universal a linguagem que funciona como lei, como um acordo de opiniões que forma a realidade apesar de ter por trás uma certa ordem.

²³ ASSAD IBRI, IVO, kósmos Noêtos. SP, 1992. Parte I, o mundo como aparência Pág 15

OS CONCEITOS DE DÚVIDA, CRENÇA E INVESTIGAÇÃO EM PEIRCE

Vimos anteriormente que o conceito de “verdade”, na ciência e segundo Peirce, é o resultado de um acordo de opiniões que têm como tendência geral a construção de hábitos que engendram regras, ordem na pluralidade das coisas e, ainda, que este hábito nada mais é do que uma intencionalidade mental que sustenta a evolução do universo.

Peirce acreditava que para se chegar numa possível “verdade” o ponto de partida de uma investigação científica é sempre um estado de desconforto, que ele chamava de dúvida, mas não a dúvida completa. Segundo ele, o conceito de dúvida foi distorcido pela obsessão cartesiana assim como as concepções de idéias claras.

Com o objetivo de revisar o cartesianismo, Peirce, com o apoio da lógica, destrói o subjetivismo e afirma não serem necessários os fundamentos indubitáveis. Como consequência destas preocupações, nasce a sua Doutrina do Pragmatismo que servirá como método em busca de um terceiro grau de clareza.

Dois artigos: A fixação da crença e Como tornar clara as nossas idéias, marcam, fundamentalmente, a origem da nova Doutrina do Pragmatismo e o ataque de Peirce às idéias cartesianas de Descartes.

O objetivo principal de Peirce, com esses artigos, era investigar o modo pelo qual as pessoas podem tornar claras as suas idéias e, ainda, como as pessoas fixam suas crenças agrupando-as em um todo. A resposta peirceana para estas perguntas será o método pragmático.

“...é chegado o tempo, agora, de formular um método para alcançar uma clareza mais perfeita do pensamento...” (CP 5.390).

A obsessão de Peirce era melhorar as idéias de Descartes e tornar a filosofia mais científica, oferecendo um caminho com maior eficácia para esclarecer as questões metafísicas em que o foco principal estava na defesa da lógica, na construção de um novo método para a ciência, assim como, na criação de um novo conceito de intuição.

Vimos que Descartes, ao romper radicalmente com os pensamentos da escolástica medieval, provocou questionamentos como: por que somente na matemática podemos ter idéias claras?,

e melhor, por que nas outras áreas do conhecimento as idéias não são tão claras como na matemática?

A resposta que ele encontrou foi a dúvida hiperbólica, em que todo o conhecimento deveria, necessariamente, passar pelo teste da dúvida até que pudesse estar diante de uma idéia indubitável, ou seja, que fosse realmente clara e que pudesse ser tomada como ponto de partida para as investigações.

O discurso do método de Descartes tinha como objetivo fugir do dogmatismo escolástico (método da autoridade), colocando a razão como fundamento para a verdade. Contudo, Descartes, mais tarde, retorna a Deus como uma base segura e fundamento para a verdade.

Vejam os o que Peirce diz sobre Descartes:

“Quando Descartes se lançou à reconstrução da filosofia, o seu primeiro passo foi (teoricamente) permitir o ceticismo e abolir a prática dos escolásticos em procurarem na autoridade a última fonte de verdade. Feito, isso procurou uma fonte mais natural dos verdadeiros princípios, e julgou encontrá-la na mente humana, passando assim, pela via mais direta, do método da autoridade para o da aprioridade como descrevi no meu primeiro artigo. A auto-consciência dar-nos-ia as verdades fundamentais, e decidiria o que estaria de acordo com a razão” (CP 5.391)

A crítica de Peirce a Descartes surge nos textos conhecidos como Série Cognitiva (Cognition Series), publicados originalmente no Journal of Speculative Philosophy, a saber:

- Questões concernentes a certas faculdades reclamadas para o homem de 1868 (CP 5.213-263)
- Algumas conseqüências das quatro incapacidades de 1868 (CP 5.264-317)
- Fundamentos para a validade das leis da lógica de 1869 (CP 5.318-357)

A preocupação de Peirce, com relação às idéias de Descartes, compreendia problemas lógicos e metodológicos e não psicológicos. Seu foco principal estava no conceito de intuição que, era o eixo principal de todo o método para o conhecimento proposto pelo cartesianismo.

Vejamos o conceito de intuição em Peirce:

“Em todo este trabalho, o termo intuição será tomado como significando uma cognição não determinada por uma cognição prévia do mesmo objeto, e conseqüentemente assim determinada por algo fora da consciência. Devo pedir ao leitor que leve isto em conta. Intuição será aqui usada num sentido próximo de premissa que não é ela mesma uma conclusão; a única diferença sendo que premissas e conclusões são juízos, enquanto a intuição pode, tal como a sua definição afirma, ser qualquer espécie de cognição. Mas, assim como uma conclusão (boa ou má) é determinada, na mente de quem raciocina, por sua premissa, também as cognições que não são juízos podem ser determinadas por cognições prévias; e uma cognição que não é assim determinada, sendo, portanto, determinada pelo objeto transcendental, deve ser chamada de intuição” (CP – 5.213)

Notamos que, em Peirce o ato de conhecimento é fruto de uma mediação, enquanto que, em Descartes, o conhecimento é imediato, ou seja, direto, instantâneo.

No sentido de destruir a concepção cartesiana, Peirce chega as seguintes conclusões:

- Não há algo como cognição intuitiva (CP 5.213). Peirce simplesmente rejeita a concepção de intuição como ponto de partida para o conhecimento.
- Não há autoconsciência intuitiva (CP 5.228). Peirce chega à conclusão que a autoconsciência é inferencial.
- Nós não podemos decidir se uma cognição é intuitiva, ou melhor, nós não somos capazes de saber intuitivamente se uma cognição é intuitiva, então não temos como reconhecer intuitivamente os elementos subjetivos da consciência (CP 5.238)
- Não há faculdade de introspecção. Segundo Peirce, introspecção “é uma percepção direta do mundo interior, mas não necessariamente uma percepção dele como interior” (CP 5.244), ou ainda, “qualquer conhecimento do mundo interior não derivado da observação externa”. Logo, o mundo interior só pode ser conhecido por inferências.
- Não podemos pensar sem signos. “O único pensamento, então, que possivelmente pode ser conhecido é o pensamento em signos. Mas não existe um pensamento que não se pode conhecer. Todo pensamento, portanto, deve necessariamente ser em signos” (CP 5.251)

- Um signo para “alguma coisa absolutamente incognoscível” não tem significado. Para Peirce, algo incognoscível é algo sem sentido. Ainda que a verdade de algo não possa ser conhecida com absoluta certeza, ela pode ser conhecida por indução (CP 5. 254)
- Não há cognição que não seja determinada por uma cognição prévia. Peirce chega a sua tese principal como consequência lógica de toda a argumentação anterior (CP 5.259)

Peirce afirmava que:

“Não podemos começar com a dúvida completa. É mister começar com todos os preconceitos que possuímos no momento em que começamos a estudar filosofia. Os preconceitos não podem ser banidos por uma máxima; no fundo, nem nos passa pela cabeça que possamos duvidar deles. O ceticismo inicial acaba por ser auto-ilusão, não é uma dúvida real, e nenhum seguidor do método cartesiano descansa enquanto não recuperar as crenças que pôs de lado apenas formalmente. É um rodeio inútil ir até o pólo norte para chegar a Constantinopla descendo regularmente ao longo de um meridiano. Uma pessoa pode no curso de seus estudos, encontrar razão para duvidar daquilo em que começou por acreditar; mas nesse caso, duvida porque tem uma razão positiva para fazê-lo e não por ordem da máxima Cartesiana. Não vamos agora duvidar em filosofia daquilo que não duvidamos em nossos corações” (CP 5.265)

E ainda:

A dúvida é um estado difícil e incômodo do qual lutamos para nos livrar e passar para um estado de crença; este é um estado calmo e satisfatório que não desejamos evitar, ou mudar para uma crença em qualquer outra coisa. Ao contrário, a ele nos apegamos tenazmente, não meramente para crer, mas para crer apenas no que cremos. (CP 5.372)

Se, por um lado, Peirce nega o ceticismo inicial, é justamente a dúvida real que vai fazer prosseguir a investigação, caso contrário, não existe motivo que a impulsione, pois é a dúvida ativa a vida da investigação e quando aquela cessa, essa última pára (CP 7. 315 e 7. 322).

Os preconceitos também não podem ser banidos, mas devem ser levados em conta. Eles devem ser reconhecidos e assumidos como pontos de partida, como hipóteses de trabalho, embora não devamos nos satisfazer com aquilo que estamos inclinados a pensar; não devemos menosprezar fatos, nem devemos acreditar em princípios e métodos que não sejam logicamente fundados sobre fatos e que, de alguma forma, impeçam que se leve em consideração evidências. (CP 1.135 e 1.110)

A investigação se estabelece na experiência e aqui encontramos a razão do porque ser impossível a afirmação absoluta sobre algo, apontada como uma das barreiras ao conhecimento, uma vez que a experiência não pode nunca resultar em absoluta certeza, exatidão ou universalidade (CP 1.55). Isto ocorre porque todo raciocínio positivo se dá de forma a julgar a proporção de algo, numa coleção total, pela proporção achada na amostra, isto é, todo raciocínio positivo é indutivo e assim sendo, pela própria natureza da indução, não tem condições de nos levar à certeza, à exatidão e às universalidades absolutas, mas só a probabilidades. (CP 1. 141)

Não sendo pelo raciocínio que exatidão, certeza e universalidade são conseguidas, não existe outro modo de alcançá-las, uma vez que a experiência direta não é possível, que não existe conhecimento *a priori* em termos de verdades inatas e que o conhecimento através da revelação não se sustenta (CP 1.142 e 1. 146).

É a partir dessas formulações que chegamos à doutrina peirceana do Falibilismo que postula não podermos obter certeza absoluta concernente a fatos e mesmo aos produtos da mente humana (CP 1.150)

Segundo Peirce, podemos alcançar, no máximo, uma quase certeza, mas não a certeza absoluta. Peirce não cria uma contradição com essa afirmação, porque ela não é absoluta, mas quase absoluta; embora não seja absolutamente certa é substancial e logicamente inatacável. (CP 1.151)

A Doutrina do Falibilismo requer para sua compreensão o princípio da continuidade ou Sinequismo (CP 1.163 e 7. 565). “O princípio da continuidade é a idéia do Falibilismo objetivada. Porque o Falibilismo é a doutrina de que o nosso conhecimento não é nunca absoluto, mas sempre navega num *continuum* de incerteza e de indeterminação. Agora a doutrina da incerteza é a de que todas as coisas assim navegam *in continua*.” (CP 1.171).

A continuidade implica em que a determinação absoluta é impossível, ou seja, não podemos esperar certezas nem exatidão absolutas. O conhecimento é falível, e assim é porque tudo que existe é contínuo, e tudo que existe é contínuo pela evolução.

De acordo com Peirce, evolução é crescimento no sentido mais amplo possível, não se traduzindo nem em reprodução nem meramente em aumento, Evolução é diversidade, é aumento de variedade, e é espontaneidade (CP 1.174)

Segundo Ibri, “...o fundamento ontológico do falibilismo urde-se na realidade da primeiridade...”²⁴

A idéia de evolução não implica numa passagem do caos à ordem pois, “como pode a regularidade do mundo aumentar, se o mundo tem sido absolutamente perfeito todo tempo?” (CP 1.174)

Quanto à regularidade das coisas Peirce diz: “O objeto da ciência não são fatos isolados e particulares (CP 5.589 e 7.598), mas seu interesse reside em ocorrências persistentes, regulares (CP 1.175), inteligíveis (CP 7.601), racionais, que podem ser previstos. (CP 7.192)”.

A atividade científica é então, uma atividade de busca da verdade que se interessa pelas regularidades, pelos fatos persistentes e tem como ponto de partida o que já é conhecido rumo ao novo, tendo uma dúvida real como força propulsora da investigação na busca de um estado confortável de crença.

²⁴ ASSAD IBRI IVO Kósmos Noêtos Pág 68 Cap 4 Idealismo Objetivo e o Continuum.

A FIXAÇÃO DAS CRENÇAS EM PEIRCE: AUTORIDADE, TENACIDADE,

A PRIORI E CIENTÍFICA.

Sobre a crença de Descartes, Peirce demonstrava:

“Uma crença sempre surge pela exaustão do critério positivo de evidência e não por uma certeza subjetiva, como postula Descartes. Se equipararmos o critério subjetivo de evidência cartesiano ao recurso da autoridade escolástica, o critério cartesiano seria apenas uma” autoridade interna. “(CP 5. 251)

Peirce estabelece quatro maneiras pelas quais a crença se instaura. Apenas uma, no entanto, pode ser considerada verdadeiramente científica. (CP 5.377 a 5.387)

O MÉTODO DA TENACIDADE

- Uma primeira forma seria o método de **Tenacidade**, por meio do qual o indivíduo se apega ferrenhamente a posições já adotadas. Tal método é essencialmente individualista, não passível de ser colocado à prova nem submetido à reflexão. Neste caso, as crenças são fixadas por repetição exaustiva. Esta crença se mantém desde que se evite o contato com outras crenças diferentes e ou contrárias. É um método considerado irracional.

“Admiro o método de Tenacidade, pela sua força, a sua simplicidade e o seu caráter direto. Mas este método não pode bastar-se a si próprio na prática e isto porque o impulso social trabalha contra ele. O homem que o adota acaba por descobrir que há outros homens que pensam de maneira diferente da sua e pode muito bem acontecer que lhe passe pela cabeça, num momento de maior sensatez, que as opiniões desses outros são tão válidas quanto as suas e esse fato irá abalar a confiança que deposita nas suas crenças. A não ser que nos tornemos eremitas é inevitável que exerçamos uma certa influência sobre as opiniões dos outros e assim o problema passa a residir na maneira

como se podem fixar as crenças, não apenas no indivíduo mas na comunidade” (CP 5.378)

O MÉTODO DA AUTORIDADE

- O método da **Autoridade** é aquele pelo qual se impõem crenças a uma comunidade por meio de leis, mandatos, coerção. É um método em que tanto a crença é decretada quanto a dúvida é abolida. O objetivo do método da autoridade é – fundamentalmente – conter o impulso social, ou melhor, dissolver as tensões geradas pela contestação das crenças “vigentes” e manter a ordem estabelecida. O método da autoridade transfere a responsabilidade da manutenção da crença e de rejeição de influências que possam causar distúrbios, do indivíduo (tenacidade) para o estado (ou qualquer outra autoridade).

“... trata-se de um método que obteve grandes conquistas históricas tão bem representadas pela época do escolasticismo e das catedrais e o impacto provocado pela idéia de consensus catholicus” (CP 8.12; 8.16).

O método da Autoridade pratica o doutrinação, evitando todas as questões que possam colocar a doutrina em dúvida, mantendo a crença à força, sob ameaça de pesadas punições.

O que difere o método de Autoridade do método de Tenacidade é que naquele as crenças sempre serão passivas de questionamento, todavia, elimina-se qualquer possibilidade de divulgação de uma crença contrária.

Apesar de todos os artificios, dos quais o método da Autoridade pode se servir para manter as crenças estabelecidas *“nenhuma instituição pode regular todas as opiniões sobre todos os assuntos” (CP 5.381)* e o contato com crenças diferentes é inevitável e, também, é inevitável que alguém comece a refletir e pensar sobre a veracidade da crença imposta. A dúvida se levantará e sempre haverá alguns que se atreverão a questionar a veracidade das crenças autoritárias, que foram previamente, e forçosamente, tomadas como certas e começar a pensar de outro modo e, mais ainda, *“eles irão perceber que dúvidas como essas devem existir em suas mentes com*

referência a cada crença que parecia ser determinada pelo capricho ou deles mesmos ou daqueles que originaram a opinião popular” (CP 5.383)

Com o método de Autoridade não se pode, de modo efetivo, eliminar todos os focos de discórdia, ou seja, *não se pode impedir a disseminação de crenças diferentes, e até contrárias, às vigentes. E isso, fatalmente, leva-nos a substituição por outras crenças* (CP 5.381 –382). Portanto, este método também não consegue estabelecer unanimidade sobre as crenças, nem tampouco mantê-las indefinidamente. Sempre haverá discordância que acabará levando à revisão e questionamento das crenças impostas podendo haver revolta, conflito e até mesmo a substituição destas.

O MÉTODO A PRIORI

- O método *a priori* é aquele cujo estabelecimento da crença se dá por inclinação ou gosto, não sendo necessária a confirmação da experiência nem a reflexão sobre o método. Peirce chamou este terceiro método de *opinião pública* (CP 7.317). Segundo ele, este é o método de conhecer da discussão dialética, especulativo e filosófico, que coloca a razão como padrão, ou seja, busca princípios que possam satisfazê-la. Peirce também o chama de “método do gosto”.

Com este método existe sempre um apelo à racionalidade e como os outros métodos anteriores também objetiva uma certa estabilidade não tão explicitamente sustentada pela força ou convencimento. Um sistema de pensamento completo e consistente conseguirá a adesão de muitos pelo simples fato de ser racional e não apresentar contradições internas; deste modo, escolhe-se aquilo em que crer com base no que parece ser mais “confortável e agradável” à razão, ou seja, ao analisar uma proposição, pensa-se de dois modos:

1. Isso é bom, eu gostei, então, se aceita a proposição como verdadeira.
2. Isso não é “legal”, não gostei de nada disso, então a proposição é rejeitada.

Notamos que existe um valor estético agregado neste método de fixação de crença, pois nos recorremos a uma escolha que tem como base um sentimento, uma sensação que vai nos levar a um parecer verdadeiro ou falso.

A respeito deste método Peirce observa:

“Os sistemas desta espécie não costumam assentar em fatos reais e observados, pelo menos em elevado grau”. A principal causa do êxito que alcançaram reside no fato de que as suas proposições fundamentais parecem agradáveis à razão e, é justamente, por isso, que devemos sempre estar atentos, pois o que é agradável à razão “não é forçosamente aquilo que concorda com a experiência, mas sim aquilo que temos facilidade em acreditar” (CP 5.382)

Este foi o método utilizado por Descartes, pois se temos algo agradável e confortável à razão fica-nos difícil acreditar que este algo não seja verdade.

“O método a priori falha” por fazer da investigação algo similar ao desenvolvimento do gosto; e o gosto é sempre mais ou menos o assunto da moda” (CP 5.383)

O método a priori apresenta duas diferenças marcantes em relação aos dois anteriores;

1. proporciona um impulso para crer.
2. determina o que deve ser acreditado, isto é, aquilo que é agradável à razão

Conseqüentemente, temos uma relação intrínseca entre a crença e o modo de assegurá-la, ausente nos métodos anteriores.

O que mantém a crença nos dois primeiros métodos é a habilidade do indivíduo ou das autoridades para mantê-la e para suprimir todas as possíveis dissidências. Poderíamos argumentar que se o **método da Autoridade** exige censura e doutrinação, de modo similar, o **método da Tenacidade** necessita de auto-censura e auto-doutrinação; este

argumento reduz o **método à priori** a uma versão mais refinada do método de Tenacidade, pois nós obteríamos nossas crenças quase que pelos mesmos critérios.²⁴

O MÉTODO CIENTÍFICO

A ciência requer outro método, a saber, o Método Científico, pois a ciência não tem como meta somente chegar as crenças, mas vai além disso; pretende acreditar no que crê. Para que isso ocorra, a crença tem de ser um acordo de opiniões. Não se coloca em questão se a crença é verdadeira ou falsa. A crença é para aquele que a tem sempre verdadeira.

Um acordo de opiniões prova a inexistência de uma dúvida e que conseqüentemente se chegou à crença e toda crença é verdadeira.

O objetivo final de uma investigação é, portanto, um acordo de opiniões o que não quer dizer que as crenças da ciência sejam determinadas por uma coletividade de investigadores.

Ao observarmos os outros métodos vimos que as crenças são fixadas por algo humano, todavia, em ciência, ao contrário dos outros métodos, a crença deve ser fixada por algo externo e estável, “*por algo sobre o qual nossa reflexão não tenha efeito*” (CP 5.384)

Peirce afirma:

“... para satisfazer nossas dúvidas, portanto, é necessário que um método possa ser encontrado através do qual nossas crenças possam ser determinadas não por algo humano, mas somente pela permanência externa, por alguma coisa sobre a qual nosso pensamento não tenha efeito (mas que, por outro lado, incessantemente tende a influenciar o pensamento)” (CP 5.384)

²⁴ **DE WAAL**, Cornelis de. On Pragmatism Wadsworth Philosophers Series. USA Belmont, Thomson Wadsworth, 2005 pág 14.

A hipótese do Método Científico “vazada em linguagem comum é esta: *Há coisas Reais, cujos caracteres independem por completo de nossas opiniões a respeito delas; esses Reais afetam nossos sentidos segundo leis regulares e conquanto nossas sensações sejam tão adversas quanto nossas relações com os objetos, poderemos, valendo-nos das leis da percepção, averiguar, através do raciocínio, como efetiva e verdadeiramente as coisas são; e todo homem, desde que tenha experiência bastante e raciocine suficientemente acerca do assunto, será levado à conclusão única e verdadeira*” (CP 5.384)

Em oposição aos outros métodos, nos quais o entendimento humano dita os termos, o Método Científico procede do reconhecimento de que a natureza não se acomoda as nossas crenças, mas que nossas crenças devem-se acomodar à natureza. Então, por este método, temos crenças fixas por realidades externas que guiam nosso pensamento e não pelos nossos pensamentos guiando a si mesmos. *Este processo resulta apenas numa crença fixa, que perdura até que as realidades externas nos empurrem para outra direção.*

25

As crenças são necessárias, pois são elas que nos levam a ação, mas temos que ter um *critério racional e não subjetivo para fixá-las*. Com a tarefa de dar credibilidade ao Método Científico, a lógica desempenhará um papel importante já que o método científico se valerá das inferências lógicas como procedimentos básicos para a investigação e Peirce nos oferece uma alternativa original e inovadora; aos dois tipos de inferência já conhecidos **dedução e indução**, ele acrescentará um terceiro o **hipotético ou abdução**, que dentre os três é o único capaz de apreender fatos novos.

De acordo com Peirce, a comunidade de lógicos da sua época chegou perto do reconhecimento desta tricotomia e, se não a alcançou, foi devido a uma concepção estreita e formalística de inferência “*de modo a necessariamente ter julgamentos formulados como premissas*” (CP 8.227) e, desse modo, não reconheciam a hipótese ou abdução como uma inferência.

O conhecimento tem início na presença de um fato novo, surpreendente, um novo fenômeno que, se opõe, de alguma maneira a uma conclusão antecipada.

²⁵ **DE WAAL**, Cornelis de. On Pragmatism Wadsworth Philosophers Series. USA Belmont, Thomson Wadsworth, 2005 pág 15.

“Quando alguém contempla um estado de coisas surpreendente ou desconcertante, pode formulá-lo num julgamento ou muitos julgamentos aparentemente conectados e irá, muitas vezes, finalmente criar uma hipótese, ou um julgamento problemático, como uma mera possibilidade, da qual ele ou percebe completamente ou mais ou menos suspeita que o fenômeno surpreendente seria uma consequência necessária ou provável” (CP 8.229)

Esse processo de formação de hipóteses que Peirce chama de Abdução ou Retrodução, é considerado como uma inferência, ao mesmo tempo em que é também uma adivinhação (CP 7.36 a 7.48)

Ao nos depararmos com alguma experiência contrária a expectativas já estabelecidas, a tentativa de se voltar aos fatos observados e arrumá-los ocorre, numa nova perspectiva, de tal modo que a experiência inesperada não pareça mais surpreendente.

Esse é o processo da explicação. Explicar consiste na suposição de que o fato surpreendente é somente uma parte de um sistema maior de fatos e, embora não entrando no campo de nossa experiência, apresenta como totalidade um certo caráter de razoabilidade e nos leva a aceitar aquela suposição como verdadeira ou provável. Isso é um processo de inferência. *“Todo o nosso conhecimento começa pela Percepção. Percepção é um processo inferencial”.* (CP 7.36).

“... para Peirce, não há e nem pode haver, separação entre percepção e conhecimento. Segundo ele, todo pensamento lógico, toda cognição, entra pela porta da percepção e sai pela porta da ação deliberada. Além disso, a cognição e, junto com ela, a percepção são inseparáveis das linguagens através das quais o homem pensa, sente, age e se comunica.”²⁶

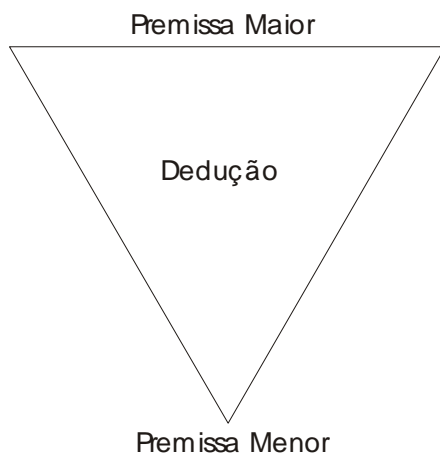
Podemos ser ajudados por conhecimento anterior na formação de hipóteses, de acordo com Peirce. Neste caso, o que ocorre é uma composição de deduções de regras gerais já conhecidas e aplicadas aos fatos observados e não puras adivinhações. Ele considera a adivinhação como um poder meramente instintivo, comparável, por exemplo, aos poderes musicais e aeronáuticos de um pássaro. Um poder que devemos levar em conta e que não podemos duvidar, pelo menos como ponto de partida da investigação.

²⁶ **Santaella Lúcia**, A Percepção, uma Teoria Semiótica, pág 16

Todavia, não temos “a segurança para discriminar entre a sugestão desse instinto e a auto-bajulação do desejo pessoal” (CP 7.48) o que nos permitiria confiar no primeiro.

A ciência é um trabalho coletivo, é um acordo de opiniões e requer provas e demonstrações por meio de métodos controlados e críticos. Isso nos leva aos dois outros modos de raciocínio, a saber: a **Dedução** e a **Indução**.

Dos três tipos de inferência, o da **Dedução** é o mais simples, pois parte de uma premissa maior para uma premissa menor. Desenvolve as conseqüências necessárias de uma hipótese, prova que algo deve ser. Ele carece de criatividade, pois não adiciona nada além do que já é do conhecimento, mas é muito útil para aplicar regras gerais a casos particulares. É o raciocínio da Matemática. Ele parte de uma hipótese, cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio, sendo suas conclusões também ideais (CP 5.145)



DO GERAL PARA O PARTICULAR

Exemplos:

1 - Todo o gado de Haroldo é da raça nelore

Esse gado é de Haroldo

Logo, esse gado é da raça nelore.

2 - Todas as laranjas daquele pomar são da espécie lima

Essas laranjas são daquele pomar

Logo, essas laranjas são da espécie lima.

A **Indução** é a operação que determina um valor, mostra que algo é realmente operativo (CP 5.171). Segundo Peirce, o raciocínio indutivo ou sintético é mais do que a mera aplicação de uma regra geral a um caso particular. Parte de uma premissa menor para uma maior. A indução é a inferência de uma regra a partir do caso e do resultado. Sendo assim, ela ocorre quando generalizamos a partir de certo número de casos em que algo é verdadeiro e inferimos que a mesma coisa será verdadeira no total da classe. É a verificação experimental de uma teoria. Ela parte de uma teoria e avalia o grau de concordância dessa teoria com os fatos (CP 5.145)

“...a grande diferença entre a indução e a hipótese está em que a primeira infere a existência de fenômenos semelhantes aos que observamos em casos similares, ao passo que a hipótese supõe algo de tipo diferente do que diretamente observamos e, com freqüência, de algo que nos seria impossível observar diretamente. Daí deflui que quando estendemos uma indução para bem além dos limites do observado, a inferência passa a participar da natureza da hipótese. A indução é claramente um tipo de inferência muito mais forte do que a hipótese; e essa é a primeira razão para distinguir uma da outra”²⁷

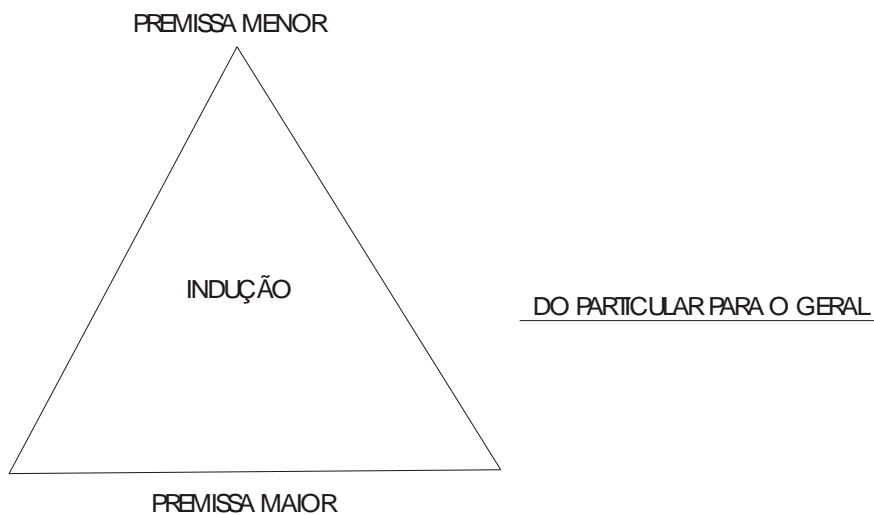
Uma das razões para distinguir entre os dois tipos de raciocínio, está na impossibilidade de inferirmos indutivamente conclusões hipotéticas. A indução infere uma regra.

Ora, crer numa regra é fruto de hábito. Que o hábito seja uma regra ativa em nós é evidente. Toda crença tem a natureza de um hábito, na medida em que é de caráter geral. A indução é, portanto, a fórmula lógica que expressa o processo fisiológico da formação

²⁷ PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*, São Paulo, Cultrix 1975, pág 161

*de um hábito. A hipótese dá lugar ao elemento sensorial do pensamento e a indução ao elemento habitudinário.*²⁸

Exemplos de Indução:



1 - Essas laranjas são daquele pomar

Essas laranjas são da espécie lima

Todas as laranjas daquele pomar são da espécie lima

2 - Essas rosas são daquele jardim

Essas rosas são vermelhas

Todas as rosas daquele jardim são vermelhas

²⁸ PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*, São Paulo, Cultrix 1975, pág 163

Peirce considera a Indução muito útil para a pesquisa. Para ele, a sua utilidade está em que tomando amostras “justas”, o que se verifica na amostra é provavelmente verdadeiro, na mesma proporção, relativamente à população de que se obteve a amostra.

A indução – segundo Peirce – não pode jamais originar idéias novas, mas apenas confirmar ou não hipóteses. A indução é o mais eficaz dos argumentos e o passo conclusivo do raciocínio científico.

Como vimos anteriormente a **Abdução** é um processo de raciocínio que parte de um fato surpreendente, insólito, procurando uma explicação para sua ocorrência. A explicação verdadeira, deste fato, o tornaria completamente compreensível eliminando o elemento surpresa que o colocava como um fato inesperado. É com o auxílio da Abdução que os pesquisadores chegam às hipóteses explicativas. Peirce apresenta a hipótese como o “*primeiro estágio da investigação*” (CP 6.469)

Para ele, o raciocínio abduutivo, é típico de todas as descobertas científicas revolucionárias. A Abdução é a adoção probatória da hipótese. Todas as idéias da ciência vêm por meio dela. Esse tipo de inferência consiste em estudar fatos e inventar uma teoria para explicá-los.

Peirce explica que a **Abdução** é um processo para formar hipóteses explicativas. A **Dedução** *prova* algo que deve ser. A **Indução** *mostra* algo que atualmente é operatório, já a **Abdução** *sugere*, algo que pode ser. Para compreender os fenômenos, só a Abdução pode funcionar como método. O raciocínio abduutivo são as hipóteses que formulamos antes da confirmação ou negação do caso.

Segundo Umberto Eco, *a abdução é um caso de inferência sintética onde encontramos alguma circunstância muito curiosa que pode ser explicada pela suposição de que ela seja o caso específico de uma regra geral e por isso adotamos essa suposição.*²⁹

Exemplos de Abdução:

1. Todos os livros desta caixa são de matemática. Esses livros são de matemática.
(Provavelmente) esses livros provêm daquela caixa.

²⁹ **ECO**, Umberto. Tratado Geral da Semiótica. São Paulo, Editora Perspectiva, 2003

2. Num lindo dia de sol, está a cair água de um telhado de uma casa. A partir desse juízo perceptivo, várias inferências abduativas ou hipóteses explicativas são possíveis.

- Alguém está jogando água no telhado
- A neve acumulada está derretendo
- A caixa d'água está vazando

Alcançadas as hipóteses explicativas, a tarefa seguinte do cientista é submetê-las a um teste. Tal como descreve Peirce, o processo de teste consiste em:

1. Avaliar os resultados que decorreriam (sob certas condições), caso a hipótese fosse verdadeira;
2. Tentar produzir essas condições, com auxílio de técnicas experimentais;
3. Verificar se os resultados esperados de fato se manifestam.

No caso afirmativo, isto é, manifestando-se os resultados, pode-se ganhar certa confiança na hipótese. A todo esse processo Peirce chama de **Indução**.

Com base na hipótese ou abdução, devemos tentar constatar qual será o resultado das previsões feitas. O raciocínio abduativo deve ser formulado como pergunta, antes que se façam as observações que possam concluir por sua verdade. A abdução não pode ser confundida com intuição, mas a intuição entra na natureza do raciocínio abduativo. Peirce classificou a Abdução como a inteligência em movimento.

Umberto Eco *explica que o raciocínio abduativo ocorre, por exemplo, sempre que ouvimos uma palavra e devemos decidir a que língua atribuí-la; a Abdução intervém em todo tipo de decodificação. Essa inferência, como qualquer outra interpretação, de contextos e circunstâncias não codificados, representa o primeiro passo de uma operação metalingüística, destinada a enriquecer o código.*³⁰

³⁰ **ECO** Umberto. Tratado Geral da Semiótica. São Paulo, Editora Perspectiva, 2003 Pág 120

Com esta exposição dos tipos de inferência, podemos agora explicar o modo pelo qual o Método Científico é operado:

1. Perante um fato surpreendente, devemos primeiro construir hipóteses que correspondam ao fato.
2. Em seguida, devemos analisar a validade daquela hipótese; caso os fatos a desmintam ela é descartada e recomeçamos a investigação com a construção de novas hipóteses.
3. Caso a hipótese seja comprovada, o terceiro passo é colocá-la à verificação pública, divulgando-a para que outros possam repetir o experimento. Procedendo desta forma teremos um número maior de hipóteses testadas e conseqüentemente uma aproximação maior da verdade.

*O grande mérito do Método Científico é que ele é o único, dentre os quatro métodos, capaz de alcançar um “padrão público de verdade”, livre e independente das fantasias e caprichos individuais.*³¹

Portanto, a investigação começa por uma hipótese explicativa (Abdução) para um fato que a experiência nos apresenta (CP 1.634, 6.470) da qual nós deduzimos conseqüências necessárias e, depois a submetemos ao teste indutivo, buscando o estabelecimento de um acordo entre as conseqüências e a experiência (MS 841); se a hipótese passa pelo teste, nós a aceitamos e ela passa a fazer parte de nosso conjunto de crenças (CP 2.755, 6.469).

Peirce explica;

“Com a dúvida, entretanto, a luta por novas certezas começa e, cessando a dúvida ela termina. Então, o único objetivo da investigação é o estabelecimento da opinião... assim que uma crença firme é alcançada nós estamos inteiramente satisfeitos, quer esta crença seja falsa ou verdadeira... nós procuramos por uma crença que nós pensamos que deverá ser verdadeira, mas nós pensamos que cada uma de nossas crenças é verdadeira, e, isto, é uma mera tautologia” (CP 5.375)

³¹ **AYER., A J.** The Origins of Pragmatism: Studies in the Philosophy of Charles Peirce 1968, pág 19

O produto final de uma investigação é uma lei, um acordo de opiniões derivado de uma dúvida real e da formação de uma crença. Ora, se toda crença pode ser considerada como uma *verdade*,³² de que forma esta verdade afeta nossa conduta, construindo hábito, guiando nossas ações ?

Peirce sugere um critério para a escolha das crenças: *ela deve ser neutra diante de todos os diferentes métodos possíveis de fixação das crenças e, ao mesmo tempo, nos permitir entrever o motivo real para a tarefa de distinguir cada um desses métodos: “é certamente melhor para nós que nossas crenças pudessem realmente, tanto guiar nossas ações, quanto satisfazer nossos desejos e esta reflexão nos levará a rejeitar toda crença que não pareça ter sido formada para assegurar este resultado.”* (CP 5.375)

Com base na proposição de que nossas crenças verdadeiras guiam nossas ações, ou melhor, satisfazem nossas intenções para agir, Peirce nos leva ao terceiro grau de clareza ou a Máxima Pragmática como veremos a seguir.

³² A definição de verdade em Peirce é apresentada em sua Máxima Pragmática.

PRAGMATISMO: UMA TEORIA DE ANÁLISE LÓGICA APLICADA ÀS CONCEPÇÕES METAFÍSICAS.

O Pragmatismo de Peirce é fruto de um desconforto, de uma insatisfação que ele tinha com as correntes racionalistas e empiristas da época, com relação à concepção da natureza da ciência.

Como consequência dessa insatisfação, surge o Pragmatismo, influenciado pela filosofia de Emmanuel Kant, pelo Darwinismo, pela ciência experimental, pelas idéias evolucionistas de Chauncey Wright e pela concepção de crença de Alexander Bain.

O Método Pragmático é acima de tudo uma resposta a pergunta “Como Tornar Claras as Nossas Idéias”. Este método propõe uma revisão do cartesianismo e ainda sugere um terceiro grau de clareza, além dos já apresentados por Descartes. Peirce pretendia – fundamentalmente – com o método pragmático, tornar a Filosofia mais científica e, com isso, oferecer um meio eficaz para esclarecer os problemas metafísicos.

O Pragmatismo de Peirce tem como origem quatro principais objeções ao cartesianismo, são elas:

1. Não temos poder de intuição
2. Não temos poder de Introspecção
3. Não podemos pensar sem signos
4. Não temos nenhuma concepção do absolutamente incognoscível

A *máxima* desta doutrina concebida pelo seu autor é:

*Considere quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter consequências práticas, concebemos ter o objeto de nossa concepção. Então, a concepção destes efeitos é o todo de nossa concepção do objeto.*³³

³³ A tradução para o português da máxima pragmática foi retirada do livro *Kósmos Noêtos* do professor **Dr. IVO ASSAD IBRI**, parte III o mundo cognoscível pág 96.

Atentamos nessa máxima a presença singular das *conseqüências práticas*, agora apreendidas como o método para se chegar ao terceiro grau de clareza das idéias além das idéias claras e distintas.

Para Peirce:

“Uma idéia é definida como aquela que é apreendida de tal forma que será reconhecida onde quer que se encontre, de modo que nunca será confundida com outra. Se esta clareza faltar dir-se-á então que é obscura.” (CP 5.389).

“Uma idéia distinta é definida como uma que não tenha nada que não seja claro. Isto é, linguagem técnica; por conteúdo de uma idéia os lógicos entendem o que está contido na sua definição. Assim, uma idéia é apreendida distintamente, no parecer deles, quando pudermos dar uma definição precisa dela em termos abstratos”.

Uma idéia clara – segundo Peirce – está diretamente ligada às conseqüências práticas.

Segundo Ibri: Conseqüências práticas estão relacionadas, no enunciado da máxima pragmática ao significado, ou seja, na totalidade dos efeitos concebíveis sobre a conduta. O enunciado da máxima sugere que o *significado daquela concepção é o modo geral* como a conduta humana é por ela moldada.³⁴

Vejamos o que esclarece Peirce: *Por “prático” quero dizer apto a afetar a conduta; e por “conduta”, ação voluntária que é auto controlada, ou seja, controlada por deliberação adequada.*

Parece-nos interessante, neste momento, refletir sobre essa ação intencionada. Sendo toda ação o lado externo de um pensamento capaz de moldar um próximo pensamento, na medida em que se conforta a razão do outro, cabe-nos inferir que um hábito de conduta nada mais é do que, uma ação cristalizada capaz de produzir uma nova crença ou hábito de ação, revestido de uma certa intencionalidade que de forma racional faz referência, ou melhor, indica uma possibilidade futura com princípios gerais e aspectos de lei sendo, portanto, partícipe da terceira categoria.

³⁴ ASSAD IBRI IVO *Kósmos Noêtos* Pág 98 parte III, O mundo Cognoscível.

Fica evidente a intenção de Peirce de fazer de sua máxima pragmática uma ferramenta corretiva de análise das idéias, ou seja, ao verificarmos quais são as ações implicadas pelas idéias estaremos constituindo um terceiro grau de clareza.

Vimos que a idéia de significado presente no Pragmatismo de Peirce é eminentemente semiótica. Se concebermos que um sistema como os MCM - meios de comunicação de massa como o cinema e a televisão são ricos em linguagens e que estas linguagens carregam em seu âmago uma convenção de signos, nada mais prudente - a partir de agora - analisarmos o significado pragmático destas linguagens, a saber; devemos investigar a maneira pela qual a conduta social das pessoas é afetada pelos MCM, analisando a produção de sentidos, a forma pela qual esses meios produzem novas crenças capazes de moldar a conduta humana em ações, em que de cada nova mediação nasce uma nova crença, uma nova interpretação resultante de uma mistura entre o real e o imaginário coletivo.

CAPÍTULO III

O LUGAR DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NA CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS

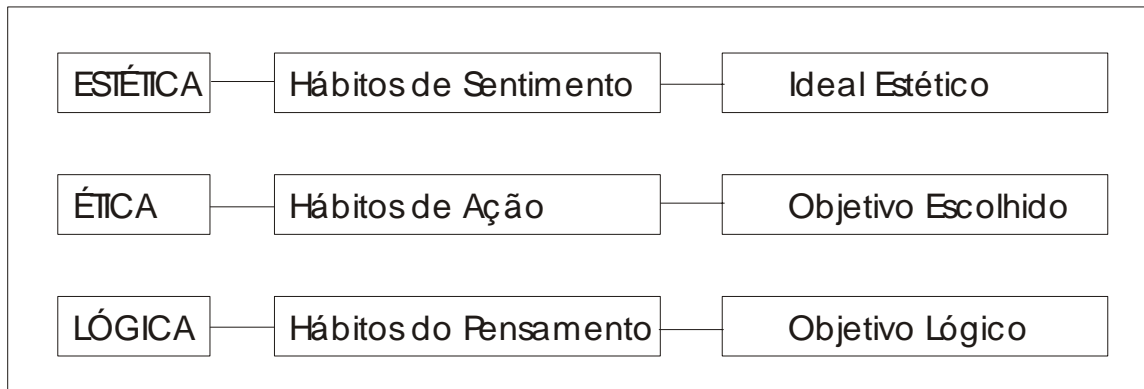
A análise proposta neste capítulo, não se prenderá as questões voltadas a história dos modelos e teorias da comunicação, embora saibamos de sua relevante importância nos estudos da comunicação. Nosso objetivo é mostrar a comunicação como uma ciência multidisciplinar, que tem um alto grau de complexidade decorrente de sua natureza múltipla e de seu papel central junto à sociedade. Este é, a nosso ver, seu caráter fundamental de contribuição á todas as áreas do conhecimento.

Vimos que na classificação das ciências, dentro da Filosofia encontra-se a Fenomenologia que considera o fenômeno em geral, ou seja, tudo que aparece à mente, não importando se é fato ou ficção. Por meio das Ciências Normativas, a Estética e a Ética fornecem seus princípios a Lógica ou Semiótica que vai se preocupar com a forma de construção, de referência e inteligibilidade dos signos.

Percebe-se que a comunicação é em si mesma multi-tarefática, pois faz parte e precisa desse conjunto acima citado para que possa ser entendida como ciência. A comunicação tem em sua essência signos que formam as linguagens fazendo com que esta ciência ultrapasse a regra fria dos métodos quantitativos e, se aproxime cada vez mais das hipóteses e interpretações da realidade. Com isso entendemos a comunicação como uma ciência predominantemente abdução assim como as múltiplas ligações, relações e transações que ela promove.

O entendimento das ações de organizações como os *mass media*, assim como dos fenômenos comunicacionais, engendrados por elas e suas conseqüências práticas, causadas na recepção, passam fundamentalmente pelo estudo das três ciências que compõem a teoria da significação a saber as ciências normativas: a ética a estética e a lógica.

Segundo Juan Frontodona ³⁵: “A *estética investiga a formação deliberada dos hábitos de sentimento, o qual é coerente com um ideal estético. A ética investiga a formação dos hábitos de ação, o qual é coerente com o objetivo escolhido. A lógica estuda a formação deliberada dos hábitos do pensamento, o qual é coerente com o objetivo lógico.*”



A Ciência Normativa é definida como a ciência das leis de conformidade das coisas e está sob a categoria da segundidade e é isso que a destaca das outras ciências. As Ciências Normativas não tentam distinguir entre o que é bom e o que é ruim ou o que é verdadeiro do que é falso, do que nós gostamos ou do que nós não gostamos, mas se preocupa e deseja analisar sobretudo, as condições de verdade ou falsidade de julgamentos, assim como as condições de bondade ou maldade de condutas e das condições de atração das idéias.

Portanto, as Ciências Normativas adotadas aqui como referencial teórico, não serão somente entendidas como leis das condições de conformidade das coisas mas também na análise da formação e determinação do *ideal* engendrado pelos *mass media*, e principalmente com respeito as condições em que ele é estabelecido.

Nada pode ser mais importante no entendimento do processo de formação da mídia do que entender quem faz a mídia e como a mídia é feita, as regras, práticas e procedimentos que governam o que vemos, lemos e ouvimos.

³⁵ **FRONTODONA JUAN**, is Assistent Professor of Business Ethics at IESE Business School Barcelona. Informação retirada do livro Pragmatism and Management Inquiry – Insights from the Thought of Charles Sanders Peirce.

O SENTIDO PRAGMÁTICO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Os *mass media* são, acima de tudo, organizações empresariais que visam, na prática, o lucro na comercialização de espaços para a veiculação de mensagens publicitárias de grandes grupos empresariais ligados às mais diversas áreas de produção de produtos e serviços.

De acordo com Lawrence Grossberg :³⁶“... *as organizações de mídia, produzem alguma coisa menos tangível do que os típicos produtos dos negócios. Ao invés de produzirem coisas como (carros, fogões, geladeiras, telefones celulares), as organizações de mídia produzem formas culturais; por meio de histórias.*”

Entende-se como organização empresarial, grupos que estão, fundamentalmente, alinhados com uma demanda mercadológica obtida por meio de pesquisas que tem o objetivo de identificar as principais necessidades e desejos dos consumidores. Esta prática de pesquisa, é uma constante no meio empresarial, pois trata-se de uma ferramenta primordial de marketing das empresas.

A questão é: Qual é a matéria - prima dos produtos oferecidos pelos *mass media*?. Certamente está na cultura de uma sociedade, no cotidiano das pessoas, no reconhecimento dos desejos e necessidades dos telespectadores a essência, para uma identificação de demanda, que serve de molde para a fabricação de novos produtos, que tem em sua composição o objetivo mercadológico de satisfazer as necessidades e desejos dos indivíduos por meio da simulação de uma realidade. É por meio deste processo, que, muitas vezes, sem nenhuma responsabilidade ética ou social, os *mass media* produzem novas crenças, ou melhor, propõem novos hábitos junto aos indivíduos, que compram a idéia por ser esta confortável a razão.

Sob este aspecto, entende-se que o sentido pragmático dos *mass media* está nos efeitos de suas ações, na sua capacidade de produção de novas crenças, na afirmação e possibilidade de uma outra realidade, no ajuste do produto oferecido, seja uma telenovela ou um filme, com a razão dos indivíduos balizando a sua conduta.

³⁶ GROSSBERG LAWRENCE, University of North Carolina, Chapel Hill, passagem do livro Media Making – Mass Media in a Popular Culture, Chapter 01, page15 – Cultural Forms

Vejamos o que diz Juan Frontodona; ³⁷“As ações promovidas pelos mass media não estão, na maioria dos casos, afinados com a questão ética dos negócios, pois partem do princípio de que tudo que é eficaz é verdadeiro, ou melhor focam apenas os resultados financeiros e se esquecem das interpretações na recepção, das conseqüências práticas de ações, na maioria dos casos, sem nenhum tipo de responsabilidade social.”

Para Peirce, a verdade não está ligada diretamente com o que é eficaz. A verdade é um processo que aparece através da ação e envolve valores e virtudes. Para traduzir isso para os negócios, uma boa empresa não é somente aquela que é eficaz em seus resultados financeiros mas sim aquela que tem uma conduta ética na qual suas ações são entendidas e julgadas não somente por meio de técnicas operacionais, mas por meio de intenções e valores morais que formulam e dirigem estas intenções.

³⁷ ibidem

ANÁLISE DA SEMIOSE HUMANA: PRINCÍPIOS DA AÇÃO HUMANA

Quais as verdadeiras intenções dos *mass media* ? Partindo da concepção pragmática de que toda ação humana é o lado externo de um pensamento, ficamos convencidos que está na ação humana a essência das análises que nos levarão a descobrir a forma pela qual os fenômenos comunicacionais, engendrados pelos *mass media*, afetam a conduta humana e por meio disso compreender os efeitos e conseqüências práticas decorrentes desse processo.

Se pudermos conhecer a ação humana entendida como “*um caráter intencional para...*” seja ela por meio das atitudes das organizações empresariais ou até mesmo por meio do estudo do comportamento de uma sociedade, certamente poderemos com isso, identificar e falar sobre seus motivos e objetivos, e desta forma, esperar encontrar seus efeitos ou conseqüências de forma racional.

Neste momento, parece-nos oportuno, atentar o leitor para a necessidade de um estudo do caráter intencional das ações, seja sob o ponto de vista das organizações aqui representadas pelos *mass media*, seja na análise das ações humanas nas organizações empresarias, assim como, no estudo das atitudes comportamentais de uma sociedade, tomada como alvo prioritário destas organizações.

Vimos na classificação das ciências que as Ciências Normativas, estética, ética e lógica, são definidas como as ciências que guiam as atividades humanas, conseqüentemente as Ciências Normativas são apresentadas como o último passo de nossa investigação.

A ação humana é racional na medida em que está ligada a um processo deliberado controlado. Isto implica que um *caráter intencional da ação é necessariamente governado para um objetivo*. Entretanto, este objetivo, torna-se também conseqüência de uma ação intencional, de uma escolha racional, a qual necessita de uma referência para um último fim, tendo a consideração, *admirável em si mesmo*, como o último, e não podendo ser mais escolhido.

Sob este ponto de vista entendemos que a lógica está preocupada com a argumentação certa, que nada mais é do que a busca do uso correto dos meios. A ética analisa os fins para qual estes meios poderiam ser dirigidos, em conformidade com seus interesses, rumo as condições em que as ações podem ser consideradas corretas. Finalmente a estética define o fim em si mesmo, naquilo que merece ser considerado como admirável e desejável, independente das circunstâncias que podem surgir ou outras considerações que podem ser pertinentes.

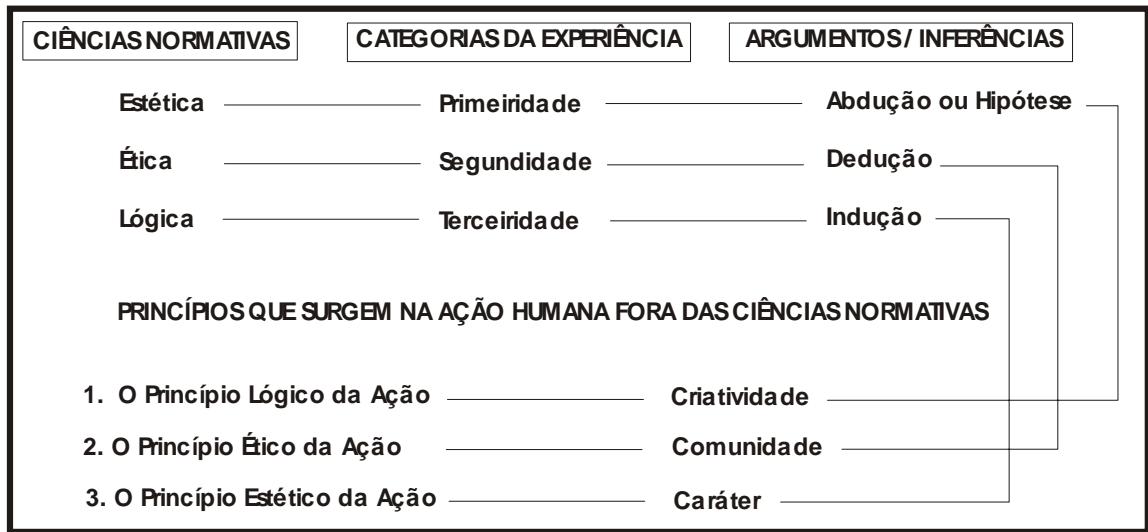
Este capítulo não se propõe a explicitar de forma detalhada o estudo das ciências que compõem as Ciências Normativas, entretanto tem como foco principal considerar somente aqueles aspectos que se referem mais diretamente com a definição da ação humana de forma que esta análise possa pragmaticamente levar-nos as respostas para as questões levantadas por esta investigação.

A seguir estaremos desenhando um princípio de cada uma das ciências que compõem as Ciências Normativas no sentido de mostrar como este princípio é útil na orientação das ações humanas.

Segundo Juan Frontodona: ³⁸“*com relação às ações humanas, existem três princípios para a ação, ou melhor, que surgem nas ações humanas, mas são desenvolvidos completamente fora das ciências que guiam as atividades humanas.*”.

³⁸ **FRONTODONA JUAN**, Pragmatism and Management Inquiry, page 02/03.

Vejam os diagramas abaixo:



O estudo destes três princípios nos ajudará a entender a sua natureza e suas inter-relações que certamente servirão de subsídios para analisarmos o processo de formação de decisão.

CRIATIVIDADE : O PRINCÍPIO LÓGICO DA AÇÃO

O princípio da criatividade aparece fora da lógica individual da racionalidade humana, mas pode transcender a análise para alcançar a visão e a imaginação necessárias para uma inovação.

Todo processo abduativo, ou melhor, de criatividade da ação humana envolve, necessariamente, um elemento de risco, sendo assim, o valor da conclusão de uma verdade não pode ser determinado pela validade de suas premissas.

O potencial das hipóteses ou das argumentações abduativas para a invenção, descoberta ou criatividade, não se deita em inferências, mas na interpretação dos fatos ou resultados que são concebidos como uma ocorrência particular de uma lei geral ou princípio.

De acordo com Peirce, *“os processos abduativos são muito úteis para facilitar a compreensão dos procedimentos dos métodos científicos, e por analogia, a ação humana que necessita de uma grande dose de criatividade. Geração de hipóteses não é simplesmente uma questão de vontade, desejo de opinião. Isto é, acima de tudo, argumentação, e tem todas as características de algum processo racional: isto é intencional, voluntário, crítico, e controlado .”* (CP 2.182)

Peirce concebia a abdução como uma inferência que tem em sua essência um caráter criativo e isso o levou a propor que a abdução é o único argumento capaz de produzir algo novo, e assim, contribuir para o progresso do conhecimento.

Para Peirce a criatividade na formulação de hipóteses está na formulação correta da questão, o que nos leva a concluir que uma hipótese determina a condição semiótica do fato observado, pois na lógica da abdução a questão certa apresenta o mesmo papel daquela apresentada na teoria semiótica.

Todavia para Peirce a inovação ou novidade trazida pela hipótese dependerá de dois fatores, são eles: a criatividade do sujeito e o grau de necessidade entre premissa e conclusão. Com

respeito a criatividade do sujeito, Peirce afirma que *“as suposições que fazemos sobre o mundo, depende de julgamentos perceptivos que contém elementos gerais que permitem que estas proposições universais sejam deduzidas delas mesmas”*. (MS 692)

E ainda em Peirce: *“os elementos diferentes de uma hipótese estão em nossa mente antes de nós estarmos conscientes deles,”* ou ainda *“projetamos flashes de novas sugestões antes mesmo de nossa contemplação.”* (CP 5.181)

Com relação a criatividade como um princípio lógico da ação humana podemos afirmar que a essência da criatividade surge quando o sujeito relaciona os elementos que estão disponíveis. Dois sujeitos podem usar os mesmos elementos para formar diferentes hipóteses.

Segundo Peirce *“para fazer boas hipóteses é importante termos boa força observacional, por esta razão é de grande valor na vida”*. (CP 7.256)

A força observacional como uma força instintiva intrínseca à realidade, está relacionada com a categoria de primeiridade que é uma característica inerente ao artista desprovido de regras, completamente envolvido de qualidades de sentimento.

Para concluir, atentamos para o sentido da criatividade humana como um diferencial que tem o poder de gerar hipóteses que fazem parte de um processo racional, ou melhor, *são acima de tudo argumentos intencionais e controlados*. Entretanto, vimos que na classificação das ciências a lógica depende de outras duas ciências a saber, a ética e a estética.

COMUNIDADE: O PRINCÍPIO ÉTICO DA AÇÃO

O princípio de comunidade nasce fora das obrigações éticas, pois faz parte de uma relação que vai além de uma mera individualidade. Na relação ética entre o indivíduo e a sociedade existe uma dinâmica de interação capaz de incorporar outras perspectivas dentro da própria relação, integrando o indivíduo criativamente na comunidade social.

Uma atitude individual presente numa ação humana é partícipe de um processo deliberativo, racional, pois sem razão a conduta humana poderia estar restrita a uma ação instintiva a qual faz parte de uma relação puramente adaptativa com o ambiente. Entretanto a ação humana não é adaptativa porque temos a habilidade de agirmos com iniciativa num processo de interação, modificando nossos hábitos de conduta com relação a uma ação futura.

Portanto, nossa conduta é ação deliberada, intencional e “...a ciência que estuda a ação deliberada é a ética, a qual deve ser considerada a ciência normativa por excelência, por que para o Pragmatismo, deliberação é essencial para a ação e a razão, a qual é um especial tipo de ação”. (CP 5.442)

O caráter intencional da ação é analisado por Peirce abaixo do conceito de auto-controle. *O auto-controle permite um espaço para o “devir” da conduta e do pensamento* (CP 4.540) ou seja, sem esta característica a ação poderia ser sempre regulamentada pelos hábitos existentes. Então, por meio do auto-controle, é possível, emprendermos para o curso de outra ação, do que para aquela ação que normalmente poderia acontecer, ou seja, é possível mudarmos as regras da ação e adaptarmos, as mesmas, às novidades decorrentes da ação humana.

O conceito de auto-controle em Peirce, foi influenciado pelo pensamento de ³⁹Friedrich Schiller. Para Schiller as pessoas tinham que ter habilidade para conceber uma unidade subjetiva durante todas as mudanças provisórias das suas vidas. Peirce adotou duas idéias de Schiller que foram importantes na sua concepção de auto-controle. Primeiro, é o papel encenado pela idéia de beleza na unidade da natureza humana e a influência que isso terá no sistema das Ciências Normativas e no papel da estética. Segundo, está no conceito de auto-controle que pode estar na atitude do homem que pensa alguma outra coisa além dele mesmo, e de suas imediatas ocupações, e vê coisas para além das suas urgências temporárias.

De acordo com Juan Frontodona: ⁴⁰ “... o conceito de auto-controle está relacionado com a questão da natureza da ética.” Para Peirce a ética é a ciência que pergunta sobre o que é bom ou ruim, e ele identificou o auto-controle com a moralidade e com um dualístico caráter da ética. Ao mesmo tempo, ele associou o auto-controle com a categoria de segundidade e concebeu isso como um tipo de volição, vontade, a qual implica uma luta interna.

Vejamos o que diz Peirce: “... em assuntos de rotina, o auto-controle pode talvez não ser necessário, mas naquelas ações com grandioso objetivo, uma reflexão crítica é essencial” (CP 7.448-449).

Com o auto-controle, existe continuidade entre o presente e o futuro e portanto não é necessário esperarmos pelo futuro para conseguirmos uma razoável idéia sobre ele. Entretanto, se nós podemos nos controlar, certamente seremos capazes de prever a conduta que seguirá nossos presentes pensamentos.

Portanto, para Peirce “... o auto-controle permite-nos analisar, considerar, e prever os possíveis efeitos que acompanharão as nossas ações a qual é o que está expressado na máxima pragmática.” (CP 5.442)

³⁹ **JOHANN CHRISTOPH FRIEDRICH VON SCHILLER** (10 de Novembro de 1759 em Marbach am Neckar - 9 de Maio de 1805 em Weimar), mais conhecido como Friedrich Schiller, foi um poeta, dramaturgo, filósofo e historiador alemão. Juntamente com Goethe, foi um dos grandes homens de letras da Alemanha do século XVIII.

⁴⁰ **FRONTODONA JUAN**, Pragmatism and Management Inquiry, page 172

O auto-controle sob a categoria de segundidade revela uma aparente oposição entre o mundo interno pessoal e, suas relações com o mundo externo. Peirce não negou que cada indivíduo tem certas características de sentimentos, pensamentos e ações, e que estas, são encontradas nos hábitos que definem nossa personalidade. Contudo, dado o caráter semiótico de toda a realidade, incluindo aqui a realidade humana, é observado que, o processo pelo qual o indivíduo enfrenta, muda e redireciona estes hábitos, implica, necessariamente, numa relação com outros, e portanto, que nossa vida é essencialmente pública, ou seja é social.

Portanto, sob este ponto de vista, não há a possibilidade de separarmos o que é público do que é privado; nós não podemos ter uma dupla linguagem para ser usada separadamente em nossa vida pública e privada, porque nosso mundo interno está completamente impregnado com os caracteres sociais de nossa natureza.

O conceito pragmático de comunidade tem em sua essência a linguagem, ou melhor a comunicação como regra de ligação entre os indivíduos, onde a palavra é só mais um dos signos que serve como lei. A linguagem é um acordo de opiniões, que promove uma união e estabilidade, subsídios fundamentais para uma possível verdade.

A estabilidade social é fundamental para a investigação e o progresso científico. Assim como a comunicação é essencial para uma comunidade, é também, uma exigência essencial para alcançarmos a verdade. É por esta razão que a lógica é essencialmente social e é encontrada nos princípios sociais. O princípio social não é aquele do individualismo.

Para ser lógico, Peirce diz “*peessoas não podem ser egoístas*” (CP2.654). *Pelo contrário eles devem identificar-se com os interesses da comunidade*”.(CP 5.356)

Eis o problema. Ao relacionarmos a concepção acima citada com os princípios políticos e econômicos praticados por organizações como os *mass media* verificamos caminhos opostos, pois notamos que os *mass media* realmente identificam os interesses da comunidade, afinal de contas, produzem formas culturais com alto índice de afinidade com a comunidade, prova disso são os crescentes índices de audiência, porém este grau de identificação com o imaginário coletivo das pessoas tem outros fins, a saber, interesses econômicos.

Peirce critica o fato de que estas ações econômicas têm sido completamente desassociadas da ética e complementa ainda que, enquanto a dimensão social está presente na pesquisa científica, sua ausência nos princípios que tem governado as organizações dos meios de produção, tem conduzido a atividade para uma situação que é totalmente contrária para aquela a qual podia ser chamada de científica.

Em “*Evolutionary Love*”, o último da série de artigos que Peirce discursou suas idéias metafísicas e cosmológicas, ele se referiu extensivamente sobre esta situação. Neste artigo Peirce afirma que economia política tem sua própria fórmula de redenção, a saber, inteligência à serviço da ganância.

Peirce criticou os princípios egoístas que governam as atividades econômicas na sociedade, pois usam a hipocrisia e a fraude para um estranho conceito de virtude por meio da ação.

Segundo Peirce “...a única atividade que este princípio pode favorecer é aquela em que fornece uma imediata recompensa e que pode ser mantida em segredo (CP1.75)”, como exemplo, ele cita a indústria de perfumes.

A crítica de Peirce está centrada nos princípios de ação que tem um propósito especulativo, ou seja, princípio usado como mera especulação, na busca de informações seguras e confidenciais ou a manutenção de sigilo profissional.

Não serão estes os princípios que governam as ações dos *mass media*? Observa-se atualmente no Brasil uma proliferação de formas culturais representadas por meio de telenovelas e programas de auditório. Estes programas não pedem por nenhum tipo de racionalidade e servem como anestésicos para os fenômenos brutos da realidade.

Vejamos a seguinte hipótese: se substituirmos o interesse monetário, dos indivíduos que administram as organizações, por outros interesses, tal como fama e prestígio, verificamos que isso não pressupõe uma mudança latente no modelo motivacional, pois seu objetivo principal, ainda continua sendo a aquisição de resultados eficazes, puramente externos.

Parece-nos lícito acreditar que, se os indivíduos estão abertos para outros interesses, ou seja, para além dos seus interesses pessoais, um ambiente social ou comunitário é necessário, e este é o ambiente em que os interesses egoístas dos indivíduos nas organizações são guiados.

Notamos que uma comunidade é uma necessidade, mas uma condição insuficiente para adequar comportamentos morais sobre as atitudes individuais e conseqüentemente para uma correta argumentação lógica. Mas qual o papel do profissionalismo empresarial na formação de uma sociedade? Alguns estudiosos estão divididos entre aqueles que tem adotado uma tendência utilitarista e aqueles que concebem uma sociedade composta, até certo ponto de fins éticos.

Vejamos o diagrama abaixo:



Segundo Lawrence Grossberg,⁴¹ “... por meio das formas culturais, nós entendemos como os produtos das tecnologias de mídia e organizações são estruturadas; como suas linguagens e significados são estruturados em códigos”

De acordo com o diagrama, existe um prévio estudo de demanda, desenvolvido pelos *mass media*, no sentido de identificar as principais demandas mercadológicas, ou melhor, encontrar as necessidades e desejos das pessoas. Em seguida, esta demanda é satisfeita por meio da produção de produtos que confortam a razão do sujeito pelo simples fato de ser agradável, prazeroso. E estas são as características do método *a priori* proposto por Peirce como um dos modelos de fixação das crenças.

O método *a priori* como vimos anteriormente, objetiva uma estabilidade social por meio do estabelecimento de crenças que se dão por inclinação ou gosto não sendo necessária a confirmação da experiência nem a reflexão sobre o método. Peirce chamou este terceiro método de *opinião pública* (CP 7.317).

Em contato com o produto ou um ideal estético, oferecido pelos *mass media*, o consumidor pensa da seguinte forma: Isso é bom, eu gostei, então, se aceita a proposição como verdadeira ou isso não é “legal”, não gostei de nada disso, então a proposição é rejeitada. Atentamos aqui para presença do conteúdo ético em questão, ou seja do que é bom ou ruim.

Portanto, os produtos oferecidos pelos *mass media* têm em sua essência todas as condições necessárias; primeiro, para levar o sujeito a crer naquilo que lhe é apresentado e segundo para determinar o que deve ser acreditado. Entretanto, notamos que também existe um valor estético agregado neste método de fixação de crença, pois recorremo-nos a uma escolha que tem como base um hábito de sentimento, uma sensação que vai nos levar a um parecer verdadeiro ou falso.

Em resumo, sem postular possíveis verdades, concluímos que os efeitos das ações provindas dos *mass media* podem ser analisados de forma pragmática e assim levar-nos a

⁴¹ **GROSSBERG LAWRENCE**, University of North Carolina, Chapel Hill, passagem do livro *Media Making – Mass Media in a Popular Culture*, Chapter 01, page15 – Cultural Forms.

acreditar que por meio de uma observação direta, notamos que a eficiência econômica das ações dos *mass media* não tem a mesma eficiência com relação a uma eficiência ética.

Esta forma de modalidade operacional mecânica processada pelos *mass media*, ligada somente aos interesses mercadológicos materiais, promove uma estabilização no comportamento das pessoas, produz hábitos cristalizados, sem nenhum tipo de crítica ou reflexão sobre aquilo que aparece, consolida e forma novas crenças ou seja, conforta como um anestésico a racionalidade humana, impedindo que as pessoas de uma sociedade sintam a dor dos fatos brutos da realidade.

Este anestésico torna-se um vício quando ele transforma os sonhos, as fantasias, em fim os desejos da recepção em uma necessidade básica, quase fisiológica, como se alimentar e respirar. Não serão esses os objetivos mercadológicos de qualquer empresa? a saber: promover o hábito de consumo de produtos e serviços tornando seus clientes cada vez mais lucrativos ?

CARÁTER: O PRINCÍPIO ESTÉTICO DA AÇÃO

Os dois primeiros princípios permanecem incompletos sem um terceiro princípio de caráter que nos dias de hoje não são tão comuns, com relação; as boas ações na administração das empresas.

Um bom administrador sem os princípios de caráter da criatividade individual e de comunidade social certamente fracassará na busca de seu potencial máximo enquanto ser humano, e conseqüentemente, isso o levará a pouca eficácia nos resultados.

O caráter nos negócios em relação a um ideal de conduta humana passa e precisa fundamentalmente, de uma apropriada concepção de valor e virtude que devem desenvolver-se antes dos interesses quantitativos, econômicos e egoístas individuais que sobretudo, objetivam somente a acumulação de riquezas materiais.

O caráter nos negócios, deve crescer em forma de essência na formação do caráter individual em uma comunidade, onde juntos, indivíduo e comunidade completam-se um ao outro.

O bom administrador é aquele que tem eficácia ética, líder, que através de ações apropriadas cria oportunidades para as pessoas conduzirem elas mesmas, moralmente, a produção moral de uma sociedade.

Segundo Juan Frontodona; “... *o progresso dos negócios e da civilização em geral é dependente de um apropriado equilíbrio e dinâmica dos indivíduos, instituições e integridade*”

Mas como podemos apontar um ideal de conduta como matriz para a construção de uma sociedade mais ética? O que podemos considerar como bom para o indivíduo e para a sociedade ?Como devemos agir perante os outros? Qual o papel dos *mass media* na formação desta sociedade? Quais os efeitos da super valorização de um falso ideal estético?.

Certamente está na formação do caráter individual o princípio estético da ação que serve de guia normativo para as atividades da conduta humana. Se assumirmos a possibilidade da existência de um estado ideal das coisas e ainda delegarmos a estética como a ciência capaz de dividir este estado ideal em coisas admiráveis e coisas não admiráveis, a tarefa agora passa ser então, determinar por análise, o que é realmente admirável em si e qual a sua relação com a conduta humana.

A estética tem determinado o que é ideal, excelente, e quais as condições que algo deve ter para ser classificada como excelente. Sob esta condição a ética não será capaz de aprovar com certeza uma ação nem a lógica será capaz de aprovar com certeza uma argumentação.

Peirce entende o *ideal estético* como a primeiridade da terceiridade e isto permite que ele admita isso como *summum bonum*, ou seja, aquilo é admirável em si mesmo, enquanto ao mesmo tempo mantém isso separado do hedonismo⁴². Peirce concebe isso como algo qualitativamente unificado e perceptível como uma expressão de universalidade, continuidade e ordem, ou em outras palavras, a racionalidade mais sensata e concreta para o futuro do universo.

“O ideal estético é algo que podemos considerar como admirável em si” (CP 1.191, 1.611, 5.130).

O caráter de primeiridade do *ideal estético* está no fato de ser admirável sem ter a necessidade de alguma outra razão, cabe a ela o estado de potencialidade. Em seu caráter de terceiridade, isto é entendido como um princípio que regulamenta a ação humana no sentido de garantir que as leis moldem o universo.

Vimos que, de acordo com Peirce cada uma das Ciências Normativas aborda um modo particular de interação com o mundo. *“Pois, sendo a Ciência Normativa, em geral, a ciência das leis da conformidade das coisas com os fins, a estética considera aquelas coisas cujos fins devem incorporar qualidades de sentimento, a ética, aquelas cujos fins situam-se na ação, e a lógica, aquelas cujo fim é representar algo”* (CP 5.129).

⁴² O **hedonismo** (do grego hēdonē "prazer"). É uma teoria ou doutrina filosófico-moral que afirma ser o prazer individual e imediato o supremo bem da vida humana. Surgiu na Grécia, na época pós-socrática, e um dos maiores defensores da doutrina foi Aristipo de Cirene. O hedonismo moderno procura fundamentar-se numa concepção mais ampla de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas.

ANÁLISE DA SEMIOSE HUMANA: O IDEAL ESTÉTICO E OS INTERPRETANTES

Para iniciarmos nossa análise da semiose humana perguntamos: o que realmente podemos considerar como um ideal estético? ou melhor, o que é o bem? ou ainda como podemos identificar o admirável em si nos fenômenos comunicacionais?

Em primeiro lugar atentamos para a estética de Peirce que é explicada em termos exatamente análogos à lógica e à ética: o interesse da estética aparece no sentido de articular as condições sob as quais nossos sentimentos podem ser considerados de acordo com o que é admirável.

Segundo Peirce a estética procura distinguir a "*nobreza*" de sentimentos, que é uma questão de saber até onde eles estão de acordo com o modelo do *summum bonum*⁴³ e enquanto Ciência Normativa, sua função é descrever as bases do sentimento admirável.

No sistema de Peirce, o sentimento admirável é o fundamento sobre o qual a ação decisiva e o pensamento crítico assentam seus próprios ideais mais específicos.

A estética atua a partir do princípio de que os hábitos de sentimento podem ser tão deliberados quanto os hábitos de ação ou de pensamento. Eles podem ser cultivados deliberadamente para melhor se conformar ao admirável, assim como uma ação pode ser cultivada deliberadamente para se conformar à Justiça e o pensamento à Verdade. Uma vez estabelecidos os hábitos de sentimento que favorecem o admirável, a base é assentada para ações e pensamentos bons desenvolverem-se mais naturalmente.

No entanto, pressupomos que haja um modelo único ou ideal que possa ser identificado entre o vasto panorama de coisas que as pessoas realmente acham atraentes.

⁴³ O que é admirável e bom em si mesmo. Este é um termo muito utilizado na Filosofia Medieval.

Para Peirce esse ideal deve, propor-se de acordo com uma base pré-experiencial. Isto é, ele deve ser de tal forma que se apresente como o único apropriado, como objeto de sentimento. A questão da estética, conseqüentemente, é: "*Qual é a única qualidade que é, em sua presença imediata, (kalos)?*" (CP 2.199). Que estado de coisas é admirável em si mesmo?

Por tentativa, Peirce responde: "*um objeto, para ser esteticamente bom, deve ter uma multitude de partes tão relacionadas umas às outras de forma a conferir uma simples qualidade positiva à sua totalidade, qualquer que possa ser essa qualidade*" (CP 5.132, EP 2:201). Quando aplicado à totalidade de tudo que existe, o universo em evolução, o *summum bonum*, consiste "*naquele processo de evolução pelo qual os existentes passam cada vez mais a incorporar aqueles gerais [reais] a respeito dos quais se dizia até agora serem destinados, que é o que nós nos esforçamos para expressar chamando-os de racionais*" (CP 5.433, EP 2:343)

Segundo Kelly Parker ; "*O ideal mais alto, experimentalmente descrito pela estética de Peirce, então, é a qualidade de sentimento evocada pelo processo que desenvolve maior racionalidade e harmonia pela pluralidade das coisas no universo. Na visão de Peirce, para nós o ideal mais alto que se possa conceber não é um estado de absoluta harmonia ou ausência de conflitos - o não-nirvana - mas, antes, o sentimento que acompanha a ordem cada vez maior e a harmonia no mundo da nossa experiência.*"⁴³

A estética peirceana precede as noções de bom, belo e agradável, pois lida apenas com aquilo que é admirável, independente de julgamentos de gosto ou valor.

Aquilo que identificamos como admirável, portanto, é sempre um ideal, que vez por outra se materializa parcialmente e muito rudimentarmente em algum existente, no decorrer da busca incessante por atingir esse ideal de perfeição. Aos caminhos percorridos em direção ao ideal estético – que direciona toda e qualquer ação no universo Peirce chamou Ética, que não se confunde com moral, pois não se trata de padrão de conduta, mas de um caminho qualquer que se percorre com o intuito de alcançar o admirável.

⁴³ **Kelly A. Parker** é profesora do Departamento de Filosofia da Grand Valley State University, passagem retirada da Revista Cognitio, revista de Filosofia , artigo publicado no Volume 4, Número 1, janeiro – junho de 2003. Tradução para o português de Sofia Izabel Lucas Machado.

Por sua segundidade predominante, a Ética cumpre a função lógica de particularizar algo do ideal perfeitamente livre da Estética. Refere-se, portanto, à ação, ou seja, à ocorrência do processo no espaço e tempo. A Estética, então, fornece princípios para a Ética, que se traduz em novas e melhores ações através da mediação da Lógica. Esta, portanto, advém da vaga intenção estética e é rumo a este ideal que as ações logicamente se dirigem.

Concluindo, a Lógica peirceana não se encontra desarticulada dos sentimentos, pelo contrário, está intimamente relacionada à capacidade de sentir – e sentir com os sentidos físicos, ou seja, acessando a rede de percepções. Assim, a Lógica – que é uma instância do pensamento - cuida de buscar atingir o ideal estético através da contínua mediação entre a ação (Ética) e aquilo que a fundamenta (Estética).

Esse processo contínuo de busca lógica do ideal estético, segundo Peirce, conduz ao aprimoramento dos hábitos de sentimento estético, que caracterizam a experiência estética. Isso é o que afirma o pragmatismo, que se encontra intimamente relacionado às ciências normativas.

Assim, Peirce propôs que a ação do pensamento fosse excitada pela dúvida e que esta só cessaria quando se atingisse um estágio de crença. A ação do pensamento, então, culmina na crença, que por sua vez resulta em provisório hábito de sentimento, uma vez que *“a lei do hábito é a lei da mente, que é móvel, aberta, volátil, do que decorre que a lei do hábito é a de adquirir novos hábitos”*(Peirce, 1984, pag. 147).

Ora, se a lei do hábito é a lei de adquirir novos hábitos e se os hábitos nascem da crença, que por sua vez nascem da dúvida, fica claro que a dúvida é o motor que movimenta a transformação dos hábitos. Por sua natureza vaga e volátil, a dúvida só pode estar sob a dominância da primeiridade, enquanto a crença, por se relacionar à ação do pensamento, encontra-se sob dominância da segundidade. E o hábito – uma mediação constante entre a dúvida e a crença – fica, obviamente, sob dominância da terceiridade.

Para Peirce, esse processo contínuo de busca do *ideal estético* é auto-corretivo, pois à medida em que a ação se repete, tende a se transformar de modo a atingir cada vez mais uma instância otimizada desse *ideal estético*.

Quando observamos as ações dos *mass media*, notamos a existência de uma ligação direta entre as necessidades e desejos dos indivíduos na recepção com uma proposta de um ideal que tem em sua essência as representações culturais de uma sociedade.

Os *mass media* confortam a razão da recepção por meio de mensagens que satisfaçam um objetivo meramente mercadológico e como tática utilizam todos os avanços tecnológicos na construção de uma realidade altamente simulada, todavia muito semelhante a realidade do cotidiano das pessoas.

No momento em que um fenômeno comunicacional aparece para a mente de um intérprete o que é admirável potencializa um estado de conflito entre o lado interno do indivíduo e o lado externo, a realidade, rumo a um estado confortável à razão que é conseguido no momento em que o intérprete sai de um estado de dúvida para um estado de crença gerando um interpretante, que é uma mediação, o pensamento, tornando-se assim um hábito de ação.

Os receptores dos fenômenos comunicacionais são afetados e exercem no campo das representações sociais, diferentes vínculos interpessoais em que projetam fantasias, sonhos, emoções, partilham valores semelhantes, compartilham bons e maus momentos e evocam lembranças. É, fundamentalmente, a recepção que dá sustentação a produção dos fenômenos produzidos pelos *mass media*.

As novas crenças introduzidas pelos *mass media* obedecem regras de produção altamente afinadas com um objetivo mercadológico. As novas formas culturais fazem uma fusão entre o real e o imaginário coletivo. São ações intencionais que produzem novas crenças na mente de um intérprete que se conforta por meio de um fenômeno que atende todas as suas vontades possíveis recompensando-o de forma imediata por meio de um prazer temporário, de uma satisfação máxima de seus produtos.

Parece-nos interessante neste momento apontarmos a máxima do marketing nas palavras de Philip Kotler ⁴⁴:

“ Marketing é uma orientação da administração que visa proporcionar a satisfação máxima do cliente, de forma imediata, a longo prazo, como forma de satisfazer os objetivos da organização, ou melhor, é a geração de lucro através do gerenciamento dos recursos e atividades que determinarão e satisfarão as necessidades e desejos das pessoas por meio de processos de troca”.

Neste círculo vicioso de mão dupla, a sociedade alimenta os *mass media* de matéria prima por meio de sua cultura, em contra partida os *mass media* atendem todos os desejos desta sociedade por meio da produção e proliferação de produtos de massa, de consumo rápido, que não sugerem nenhum tipo de racionalidade por parte da recepção, seu objetivo é construir uma realidade simulada e intencional, que possa proporcionar prazeres e satisfações momentâneas.

Percebemos que nas ações dos *mass media* não se encontram os princípios de caráter necessários que possam guiar os negócios para um ideal de conduta humana rica em valores e virtudes, com responsabilidade social, antes de seus interesses econômicos e egoístas que sobretudo objetivam somente a acumulação de riquezas materiais.

Como os *mass media* poderiam alcançar eficácia ética por meio de ações apropriadas que possibilitassem oportunidades para as pessoas, fazendo com que elas se transformem em multiplicadores de uma moralidade condizente com os caminhos para se alcançar um ideal estético ?

Certamente o papel da audiência é fundamental nesta busca. Já que está em nossas mãos o poder de mudança. Precisamos, acima de tudo, rever nossos hábitos, tomar novas ações meio da racionalidade.

⁴⁴ **Philip Kotler** é um pesquisador, consultor e escritor norte-americano na área de marketing. Foi professor de marketing internacional na *Kellog Graduate School of Management*, da Northwestern University. É considerado para alguns especialistas como “o pai do Marketing”.

A ESTÉTICA DAS LINGUAGENS COMO UMA MEDIAÇÃO ADMIRÁVEL

Consideremos a imagem produzida pelos *mass media* como a essência da estética, ou seja, o fenômeno que aparece e insiste por uma significação. A linguagem imagética tem características totalmente específicas em relação às outras linguagens que formam o processo de comunicação.

De fato, antes de ser reprodução da visão de um objeto concreto, elas derivam de uma matriz numérica e de procedimentos lógico-matemáticos ou sinsignos; o seu espaço e o seu tempo são virtuais; os signos que a constituem são os dos objetos manipuláveis; a imagem substitui a análise inicial do objeto, a síntese derivada do modelo.

As imagens constituídas pelos *mass media* mexem com o tratamento de qualquer produção icônica tradicional, visto que não reproduz somente um objeto real, pois perde, algumas vezes, a referência exterior, o que é típico de qualquer signo; com isso, podemos dizer, com certa aproximação, que ela se torna totalmente auto-referencial.

Nas imagens notamos uma mistura entre o real e o imaginário coletivo. Esta fusão de qualisignos, sinsignos e legisignos produzem crenças e novos interpretantes na mente de um intérprete, a partir de uma matriz formada pelo contexto cultural vivido pelo usuário-operador, apesar deste emissor, muitas vezes, não estar comprometido com os interesses de uma sociedade.

As imagens refletem o lado estético do universo. Aparecem nas formas, potencializam o ser humano para uma ação. Seu caráter de primeiridade constrói o mundo por meio de coisas admiráveis em suas qualidades de sentimento. A linguagem como um elo de ligação e significação, é o “espelho da alma”, pois materializa o pensamento em signos de lei.

A palavra como um signo de lei, tem como meta chegar a um acordo de opiniões, pois somente por meio deste acordo e da adoção de novos hábitos podemos, realmente, evoluir.

O universo sempre evolui quando nossas interpretações geram novas interpretações e o papel da estética, neste processo, como uma ciência do que é admirável em si, é oportunizar um ideal que possa guiar nossas ações éticas para um fim acima de tudo lógico.

Sabemos que para cada imagem há um registro criativo que abarca símbolos de lei ligados a uma determinada temporalidade histórica, oferecendo ao espectador uma realidade ficcional, sem compromisso com questões sociais, culturais e políticas. Mas isso não justifica a cristalização de um hábito como uma possível verdade.

Não obstante, está na estética das linguagens o poder de mudança dos conceitos. Estão nas ações que compõem o lado estético das linguagens, o pensamento que vai fazer uma mediação com eficácia ética e olhos voltados para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de afirmarmos uma provável verdade, sobre os possíveis efeitos das ações providas de organizações empresarias como os *mass media* na mente de um intérprete, lembramos que de forma relativa, todas as experiências que o homem tem com os elementos materiais que compõem o universo, são experiências singulares, onde estas resultam em interpretações particulares, produzindo crenças e hábitos de ação.

O objetivo deste trabalho foi o de levar o leitor a uma reflexão sobre o papel dos *mass media* para com a sociedade. Com uma base teórica buscamos disponibilizar, todo um instrumental para análise, e principalmente para a reflexão e questionamento das ações dos *mass media* à luz do Pragmatismo de Peirce, entendidas aqui como intenções que são engendradas por trás das linguagens utilizadas pelos *mass media*.

Podemos concluir que é por meio das linguagens que interpretamos os fenômenos comunicacionais. É certamente neste teatro de reações que buscamos um sentido de verdade por meio dos fenômenos, das aparências, onde através da percepção julgamos os valores éticos e morais e construímos de forma cristalizada uma ordem modelo e absoluta para futuras gerações.

Está na formação e desenvolvimento do caráter das pessoas o melhor caminho para plantarmos a ética e conseqüentemente a moralidade na sociedade. E neste processo de mudança, que organizações empresariais, como os *mass media*, sendo grandes produtores de significados, tem um papel fundamental.

Os *mass media* devem acima de tudo, fazer uma aliança com a sociedade que tenha em sua essência um compromisso ético, onde valores e virtudes sejam partícipes na formação do caráter solidário dos indivíduos que compõem a sociedade, pois estes serão os multiplicadores que guiaram as ações para um ideal estético.

Ademais, parece-nos oportuno lembrar que a investigação no campo da ética é certamente uma ferramenta importante de análise dos *mass media*. Investigar para responder perguntas como: Qual o papel ético dos *mass media*? ou Como os *mass media* podem aliar a busca da eficiência econômica com a eficiência ética em suas ações? Este é um desafio

que reservo sua aplicação para uma segunda fase de investigação, numa tese de doutorado, mas, certamente, deixo aqui, apenas uma contribuição científica para aqueles que buscam respostas e entendem o universo como um grande campo de investigação.

BIBLIOGRAFIA

AYER, A. J. (1968) *The Origins of Pragmatism: Studies in the Philosophy of Charles Peirce*.

SCHOPENHAUER, Arthur.(2003). *O mundo como vontade e representação*, tradução de M. F. Sá Correia, 1ª reimpressão, Editora Contraponto.

PARENTE, André (1996). *Imagem máquina. As eras das tecnologias do virtual*. 2ª edição, Editora 34. Rio de Janeiro – RJ.

HAUSMAN, Carl, R. (1993). *Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy*. Cambridge at University Press.

HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul and BURKS, Arthur (eds.). **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931-35 e 1958; 8 vols.

PEIRCE, Charles S. (2002) *Semiótica*, 3 edição – reimpressão, Editora Perspectiva – São Paulo – SP.

PEIRCE, Charles S. – “*The Nature of Meaning*” in **The Essential Peirce**. Bloomington, Indiana at UP, Volume 2, 1998. (texto traduzido em Peirce, C. S. – **Semiótica**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977, pp.211-224).

PEIRCE, Charles S. – “*Pragmatism as the Logic of Abduction*” in **The Essential Peirce**. Bloomington, Indiana at UP, Volume 2, 1998. (texto traduzido em Peirce, C. S. – **Semiótica**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977, pp.225-239).

DE WAAL, Cornelis (2005) – *On Pragmatism*. New York, Thomson – Wadsworth.

NASCIMENTO, Carlos Arthur (2003). *Santo Tomás de Aquino. O Boi Mudo da Sicília*. 2ª edição, Educ – São Paulo – SP.

HUME, David. (1984). *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, Coleção Os Pensadores, 3ª edição, Abril Cultural.

KANT, Emmanuel (2005). *Crítica da Razão Pura*, Coleção Os Pensadores, Editora Nova Cultural.

FOGOLARI, Elide Maria (2002). *O visível e o invisível no ver e no olhar a telenovela. Recepção, mediação e imagem*. Editora Paulinas, São Paulo – SP.

RICKEN, Friedo. (2002). *Dicionário de Teoria do Conhecimento e Metafísica*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos.

REALE, Giovanni (1990). *História da Filosofia, Antiguidade e Idade Média*. Volume 1, Editora Paulus, São Paulo – SP

PASCAL, Georges, (2005). *Compreender Kant*, introdução e tradução de Raimundo Vier, - Petrópolis, RJ : Vozes.

IBRI, Ivo A. (1998) - *Pragmatismo e Técnica* - Hypnós nº 3, São Paulo, Educ - Palas Athena, 149-156.

_____. (2004) – *Semiótica e Pragmatismo – Interfaces Teóricas* – Cognition nº 5(2), São Paulo, Educ.

_____. (1992) *Kósmos Noétos - A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo, Editoras Perspectiva e Hólon,

_____. (2000) - *As Conseqüências de “Conseqüências Práticas” no Pragmatismo de C.S. Peirce* – Cognition nº 1, São Paulo, Educ - Palas Athena.

QUEIROZ, João. (2004). *Semiose segundo C. S. Peirce*. São Paulo, Educ- Fapesp.

FRONTODONA JUAN, (2002) *Pragmatism and Management Inquiry, Insights from the Thought of Charles S. Peirce*. Quorum Books, USA.

STUHR, John J. (2003)- *Pragmatism, Postmodernism, and the Future of Philosophy* – Routledge.

MORA, José Ferrater. (2001). *Dicionário de Filosofia*, 4ª edição, Editora Martins Fontes.

LEFRANC, Jean. (2005). *Compreender Schopenhauer*, tradução de Ephraim Ferreira Alves, - Petrópolis RJ: Vozes.

TROUT, Jack (1986). *Marketing de Guerra*. 11ª edição – tradução Auripebo Berrance Simões, Editora McGraw-Hill – São Paulo – SP.

GROSSBERG Lawrence, WARTELLA Ellen, WHITNEY Charles, WISE Macgregor J. – (2006) *Media Making, Mass Media in a Popular Culture*, Second Edition

SANTAELLA, Lúcia. (1992) *A Assinatura das Coisas*. Rio de Janeiro, Imago 1992.

_____. (1996) *Cultura das Mídias*. São Paulo: Razão Social, 2a. edição revista e ampliada, Ed. Experimento.

_____. (2000) *Teoria geral dos Signos*. São Paulo: Ed. Pioneira.

_____. (2002) *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Ed. Pioneira.

_____ (2002) *Percepção. Uma teoria semiótica*, 2ª edição São Paulo: Ed. Experimento.

_____ (2004) *Navegar no ciberespaço, O perfil cognitivo do leitor imersivo*. 2ª edição São Paulo: Editora Paulus.

DEFLEUR, Melvin L.(1993) *Teorias da Comunicação de Massa*. Tradução Octavio Alves Melo, Editora Longman de Nova York; EUA

LUHMANN, Niklas (2004) *A realidade dos meios de comunicação*. Tradução Ciro Marcondes Filho. Editora Paulus, São Paulo – SP.

KOTLER, Philip (2000). *Administração de Marketing*. . 10ª edição, tradução Bazán Tecnologia e Lingüística, Editora Prentice Hall – São Paulo – SP.

SOKOLOWSKI, Robert (2002). *Introdução à Fenomenologia*. Tradução Alfredo de Oliveira Moraes, Edições Loyola, São Paulo – SP.

DESCARTES, René. (1984). *Discurso do Método*, Coleção Os Pensadores, 3ª edição , Abril Cultural.

OSBORNE, Richard. (1992). *Filosofia para principiantes*. Editora Objetiva, Rio de Janeiro – RJ.

SKACEL, Robert K. (1992) *Plano de Marketing*, tradução Cacilda Rainho Ferrante – Editora Nobel, São Paulo – SP.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2004). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC-SP*. Volume 5 – Número 2, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2003). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC - SP*. Volume 4 – Número 1, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2003). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC - SP*. Volume 4 – Número 2, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2004). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC - SP*. Volume 5 – Número 1, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2005). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC-SP*. Volume 6 – Número 1, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2005). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC-SP*. Volume 6 – Número 2, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2006). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC-SP*. Volume 7 – Número 1, Educ Editora Angra.

COGNITIO, Revista de Filosofia. (2006). *Centro de Estudos do Pragmatismo Filosofia – PUC-SP*. Volume 7 – Número 2, Educ Editora Angra.

AQUINO, Tomás S. (1953) *Questões disputadas sobre a verdade*. Turim; Editora Marietti

P. Salabert, “ *Aesthetic Experience in Charles Sanders Peirce: The Threshold*,” in *Peirce and Value Theory: On Peircean Ethics and Aesthetics*, ed. H. Parret (Philadelphia: John Benjamins, 1994).

JAMES, William (1979). *Coleção Os Pensadores*, tradução de Jorge Caetano da Silva, Editora Abril Cultural.